

PEDRO COSTA EINLOFT

A ALEMANHA ENTRE GUERRAS, 1919-1938

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO COSTA EINLOFT

A ALEMANHA ENTRE GUERRAS, 1918-1938

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



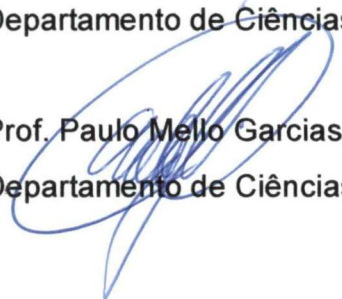
Prof. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR



Prof. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR



Prof. Paulo Mello Garcias

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR

Curitiba, 09 de julho de 2009.

Aos meus pais Regina Helena e Carlos,
por todo o amor e carinho, por quem sou,
por tudo aquilo que alcancei e hei de
conquistar.

É muito melhor arriscar coisas grandiosas,
alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-
se a derrota, do que formar fila com os
pobres de espírito que nem gozam muito
nem sofrem muito, porque vivem nessa
penumbra cinzenta que não conhece vitória
nem derrota.

Theodore Roosevelt

RESUMO

O período de vinte anos entre as duas grandes guerras mundiais foi marcado por uma grande instabilidade política e econômica na Alemanha. A exaustão dos recursos com a Primeira Guerra, seguida da enorme carga de reparações apresentada pelos aliados através do Tratado de Versalhes, desestruturou por completo o sistema econômico alemão, que se viu rapidamente mergulhado em um processo de hiperinflação nunca antes visto. A solução encontrada na ocasião por Karl Helfferich e Hjalmar Schacht para a estabilização dos preços é até hoje utilizada como base para políticas semelhantes em outros países do globo, como foi o caso no Brasil, inclusive, com a criação do real. O fortalecimento da moeda alemã e o retorno da confiança depositada no país pelo mercado mundial proporcionaram-lhe, em seguida, um período de relativa estabilidade e crescimento, com uma grande movimentação de capitais em todo o mundo, a maioria deles fluindo na Alemanha. No entanto, o país acabou por se tornar extremamente dependente do dinheiro internacional para equilibrar sua balança de pagamentos, tanto assim que a Alemanha foi uma das nações mais afetadas quando a crise de 1929 atingiu o mundo capitalista. Com uma grande retração na produção e nos níveis de renda, e com o desemprego atingindo mais de 30% da população, o controle político do país acabou sendo disputado por partidos extremistas, com a vitória do partido nazista. Foi nesse período que a intervenção estatal nas economias capitalistas começou a ganhar um papel de destaque. Através de um controle rígido sobre os meios de produção, preços e salários, do sacrifício da qualidade de vida de seu povo e de uma grande soma de investimentos públicos, o Terceiro Reich conseguiu chegar a uma rápida e vigorosa reconstrução econômica. Tal conquista, porém – e infelizmente – foi substituída por um pesado programa de rearmamento que culminaria com o início da Segunda Grande Guerra.

Palavras-chave: Alemanha. Hjalmar Schacht. República de Weimar. Hiperinflação. Hitler. Terceiro Reich.

ABSTRACT

The twenty years period between the two Great World Wars was marked by a big economic and political instability in Germany. The resources exhaustion with the First War, followed by a huge load of reparations presented by the allies on the Treaty of Versailles, completely crumbled the german economic system. This country saw itself drowned in a hiperinflation process that had never been seen before. The solution chosed on the occasion by Karl Helfferich and Hjalmar Schacht for the prices stabilization is still utilized nowadays as an example for similar politics ali over the globe, including the Real creation case, in Brazil. The currency strengthening and the return of the world market's confidence in Germany allowed than a period of relatively stability and growth, with a great capital movement around the world, most of them heading inside Germany. But the country ended up becoming extremely dependant on foreign Money to keep the balance of payments healthy and, when the 1929 crisis hit the capitalist world, Germany was one of the most vulnerable states. With a great production retraction, in the income leveis and with unemployment above 30% of the population, the political control in Germany ended up in the hands of the nazi extremists. It was on this period that state intervention in the developed capitalist economies started to gain an important role. With a tight control over production, prices and salaries, with the sacrifice of the quality of living, and with heavy loads of public investment, the Third Reich managed a vigorous and quickly economic recover, unfortunately replaced by a heavy rearmament program that would lead to the beginning of the Second Great War.

Palavras-chave: Germany. Hjalmar Schacht. Weimar Republic. Hiperinflation. Hitler. Third Reich.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FINANÇAS DO REICH, 1920-23.....	28
TABELA 2 - COTAÇÕES DO DÓLAR	32
TABELA 3 - ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO MEDIDO PELO VALOR DO DÓLAR E PREÇOS AO CONSUMIDOR.....	35
TABELA 4 - CIRCULAÇÃO DO MARCO.....	37
TABELA 5 - ORÇAMENTO DO REICH 1922-25.....	41
TABELA 6 - TAXA DE JUROS, CÂMBIO E ÍNDICE DE PREÇOS EM 1924.....	44
TABELA 7 - MOVIMENTOS DE CAPITAL NA ALEMANHA 1927-32.....	53
TABELA 8 - A ECONOMIA ALEMÃ DURANTE A DEPRESSÃO 1928-32.....	56
TABELA 9 - GASTOS DO GOVERNO 1928-38.....	63
TABELA 10 - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS DA ALEMANHA 1928-38.....	64
TABELA 11 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1933-38.....	66
TABELA 12 - A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EM DADOS.....	67
TABELA 13 - COMÉRCIO EXTERIOR ALEMÃO.....	69
TABELA 14 – VARIAÇÃO NA ARRECADAÇÃO TOTAL DE IMPOSTOS NO REICH.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 AS SEQUÉLAS DA PRIMEIRA GUERRA.....	11
2.1 A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA ALEMANHA PÓS-GUERRA.....	11
2.2 O TRATADO DE VERSALHES.....	13
2.2.1 Sobre o Comércio Exterior e a Propriedade Privada.....	14
2.2.2 Sobre os Recursos Naturais e a Infra-Estrutura Industrial.....	16
2.2.3 O Total das Reparações e a Capacidade de Pagamento.....	18
3 A REPÚBLICA DE WEIMAR.....	20
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.....	20
3.2 A ECONOMIA ALEMÃ NA “ERA DA INFLAÇÃO”.....	25
3.2.1 O caos das finanças do Reich.....	26
3.2.2 A desvalorização do marco.....	30
3.2.3 A elevação dos preços e a circulação de moeda.....	34
3.2.4 Empregos e salários durante a hiperinflação.....	38
3.3 O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DO MARCO.....	40
3.4 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.....	44
3.4.1 Os planos para o pagamento das reparações.....	45
3.4.2 O processo de racionalização.....	48
3.4.3 Salários reais, produtividade e desemprego.....	50
3.5 A GRANDE DEPRESSÃO NA ALEMANHA.....	52
4 O TERCEIRO REICH.....	57
4.1 A ASCENÇÃO NAZISTA.....	58
4.2 A RÁPIDA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.....	61
4.2.1 Governo e economia.....	62
4.2.2 A política econômico-financeira de Schacht.....	67
4.2.3 O desemprego zero.....	71
4.2.4 Rearmamento e preparação para a guerra.....	73
5 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78

1.0 INTRODUÇÃO

A nova crise que assola o mercado financeiro mundial e os setores produtivos da grande maioria dos países globalizados, freando o desenvolvimento de um comércio internacional mais livre - o que há tantos anos os economistas vêm perseguindo - e que faz a maioria dos países desenvolvidos sofrerem taxas de crescimento negativas, leva-nos a olhar para o passado e nele tentarmos encontrar maneiras de escapar de um cenário ainda pior.

A última crise de natureza tão profunda aconteceu há exatos oitenta anos. Na época, nenhuma economia capitalista conseguiu escapar da depressão e da recessão por diversos anos. Dois países, porém, sofreram impactos muito mais fortes e ainda assim, conseguiram de maneira por muitos considerada milagrosa superar a crise e entrar em um período de desenvolvimento econômico acelerado. Esses dois países foram os Estados Unidos da América e a Alemanha.

Objeto do presente estudo, a Alemanha, conseguiu em vinte anos, sair de uma economia destruída pela derrota na Primeira Grande Guerra, para despontar no final da década de trinta como a segunda maior potência do planeta, fato esse que a maioria da população mundial só descobriria, a duras penas, com os ataques devastadores alemães que dariam começo ao maior derramamento de sangue produzido pelo ser humano em sua história: a Segunda Guerra Mundial.

O mais impressionante dessa recuperação estrondosa foram as condições nas quais ela ocorreu. Os alemães sofreram, durante esse período, duas crises catastróficas: a da hiperinflação e a crise de 1929; e as superaram com atitudes político-econômicas arrojadas e inovadoras, que servem de *primo* exemplo para as soluções que conhecemos nos dias de hoje.

Os brasileiros sabem bem o que é uma hiperinflação e talvez tivesse sido muito mais difícil para este país superar aquele período sem os exemplos dados pela Alemanha, de indexação da moeda e de credibilidade do governo. Sofremos, hoje, com os novos efeitos dessa crise atual, cujo tamanho ainda desconhecemos. Os exemplos americano e alemão para sair da depressão, baseados em forte participação governamental na economia, são, sem dúvida, base para o desenvolvimento de uma nova maneira de enfrentar a crise.

Apesar das peculiaridades e semelhanças entre os efeitos inflacionários, bem como entre as duas crises, não é a intenção do autor explorá-las no momento,

restringindo-se apenas, aqui, a ajudar pessoas interessadas no assunto, como eu mesmo, a conhecerem esse período conturbado da Alemanha e do mundo e a entender como esse país conseguiu transformar sua água em vinho.

Para isso, é preciso que tenhamos conhecimento de todos os aspectos da máquina econômica alemã e de quais foram os seus defeitos e qualidades, através de uma bibliografia extensa e mundialmente famosa que aborda uma diversidade de opiniões e visões do problema.

Assim sendo, o objetivo deste texto é o de proporcionar ao leitor um sucinto e objetivo panorama da economia alemã do período entre guerras, focalizando as soluções encontradas pelo governo e pelos intelectuais alemães para contornar as inúmeras dificuldades que o país viveu durante esses vinte anos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, o leitor encontrará dados de uma Alemanha devastada pela guerra, e entenderá porque o Tratado de Versalhes pode ser considerado como principal responsável pelas mazelas sofridas pelos alemães, inclusive sendo causa determinante de uma segunda grande guerra no mundo, como já alertava Keynes em seu famoso livro "As Conseqüências Econômicas da Paz."

Em seguida, será analisada a República de Weimar, desde sua formação conturbada, superando o período de hiperinflação, conquistando sua época de prosperidade e minguando com o surgimento da crise de 1929. O enfoque principal aqui será o cenário inflacionário e o "milagre" de Helfferich e Schacht, os principais nomes da estabilização do marco.

Por fim, será exposto o porquê da ascensão nazista e os aspectos por trás da rápida recuperação econômica após a crise, com elevadas taxas de crescimento, preços controlados e desemprego praticamente nulo, e a transformação de toda essa conquista em uma máquina de guerra eficiente e destruidora.

2.0 AS SEQUELAS DA PRIMEIRA GUERRA

Para que se possa entender o quão fragilizada estava a economia alemã, não se pode deixar de lado o impacto de uma guerra mundial nesse contexto. Ela foi destrutiva não só para a Alemanha, mas para todos os países que participaram dela, principalmente, é claro, para os derrotados.

Se o único problema alemão fosse reconstruir seu país, as coisas não teriam sido tão difíceis. Porém, entre a guerra e a prosperidade estavam as ambições dos países vencedores, sedentos por ver uma Alemanha desmoralizada e pobre. Foi sobre esse plano vingativo que foram escritas as linhas do Tratado de Versalhes, talvez um dos piores documentos já produzidos pela humanidade. Causador apenas de desgraça, mortes e desintegração mundial. Além das cláusulas economicamente mais importantes do Tratado de Versalhes, será estudada, neste capítulo, a situação interna da Alemanha logo após o fim da Primeira Guerra Mundial.

2.1 A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA ALEMANHA PÓS-GUERRA

A gravidade da situação econômica alemã após a primeira guerra era evidente. A movimentação de sua indústria para o setor armamentício fez com que sua produção fosse reduzida em mais de 40% (12% de carvão, 19% de aço e 30% de ferro), tanto pela falta crônica de matérias-primas - agravada pelas sanções econômicas impostas pelos oponentes de guerra - como pela depreciação e obsolescência das máquinas e equipamentos. (THALMANN, 1986, p. 38)

Na agricultura, restavam muitas áreas esgotadas e uma população de gado reduzida em dois terços em relação ao período anterior à guerra. Além disso, os trabalhadores estavam, em sua maioria, totalmente despreparados para o trabalho, já que a guerra trouxe para a Alemanha a morte de 1,7 milhões de jovens e mais de 4,3 milhões de feridos. Unindo-se a esses dados as "casualidades de guerra", o total de população perdida pela Alemanha no período chegou a sete milhões de pessoas, 30% da população total do país. (STOLPER, 1942, p. 123)

Com falta de matérias-primas e mão-de-obra qualificada ou não, a fome imperava no país, não sendo incomum o consumo de cachorros, cavalos e até animais de zoológico pela população alemã. Com as sanções militares, cerca de

40% do comércio do país era feito ilegalmente, através do chamado “mercado negro”.

Esse quadro caótico trazia ainda mais desesperança pela total falta de dinheiro da Alemanha nessa época. Apenas os gastos diretos com a guerra foram estimados em cerca de 40 bilhões de dólares (cerca de 170 bilhões de marcos da época). Esse valor pode até parecer insignificante se tomarmos por medida a economia atual, mas devemos lembrar que o mundo sofreu, até os dias de hoje, cerca de noventa anos de inflação. Sendo assim, veremos mais adiante que o valor é realmente impactante. Soma-se a isso uma dívida interna e externa consideráveis, já que antes da guerra a Alemanha já sofria com uma balança comercial deficitária, em que prevalecia um montante muito maior de alimentos e matérias-primas importadas do que produtos finais exportados. Em 1913, por exemplo, a balança comercial fechou com um débito de cerca de 1 bilhão de marcos, e em 1918, último ano de guerra, a dívida externa alemã alcançou 55 bilhões de marcos, muito mais dos que os 3 bilhões de marcos de 1914.

Outro problema que o povo alemão enfrentou foi a crescente inflação. Durante a guerra, a bolsa de valores alemã estava fechada para o mundo, mas a inflação não era totalmente percebida pela população, apesar do aumento de 140% no índice de preços durante o período de 4 anos. Isso porque o governo alemão havia implementado um plano de distribuição de vales-alimentos, na tentativa de amenizar a falta de dinheiro crônica da população.

O comércio exterior também não caracterizava impactos marcantes, já que se restringia a poucos países e não demonstrava cotações da moeda alemã com relação a outras e até mesmo ao ouro. Outra razão para a inflação do período não ter se tornado, naquele momento, uma hiperinflação, é a de que uma grande parte da população encontrava-se no exército, sem acesso ao comércio. Além disso, os bens de consumo duráveis tiveram sua produção praticamente interrompida, em virtude do deslocamento produtivo para a máquina de guerra. Porém, quando a guerra acabou e a Alemanha abriu as portas novamente para o mundo, deparou-se com uma grande desvalorização do marco em relação ao ouro e, em consequência, às outras moedas. Dessa forma, se tornava ainda mais caro para a Alemanha comprar matérias-primas, ao mesmo tempo em que suas exportações estavam reduzidas a uma pequena fração do que eram antes da guerra. Ademais, a constante emissão de moeda por parte do *Reichsbank* (Banco Central da Alemanha)

para financiamento da guerra e a ajuda à população já criavam uma boa base para que a inflação explodisse nos anos seguintes.

Como veremos a seguir, a Alemanha, com todos esses problemas, ainda seria obrigada a pagar reparações de guerra de valores irrealistas e a abrir mão de regiões importantíssimas de seu território. É nesse contexto que surge a República de Weimar, um governo presidencialista estabelecido em meio ao caos político com predominância dos partidos de elite. A república de Weimar experimentou sua fase próspera, a partir de 1923, derrotando a terrível hiperinflação e trazendo estabilidade. Porém, suas bases político-econômicas nunca foram sólidas o suficiente para suportar o peso de uma crise de proporções catastróficas como foi a de 1929.

2.2O TRATADO DE VERSALHES

É praticamente impossível discutir as implicações do Tratado de Versalhes sem estudar a grande contribuição de Keynes para o assunto, que veio na forma de um de seus livros mais famosos: “As Conseqüências Econômicas da Paz”. Seu livro será a base para que se entenda, neste capítulo, a natureza e o tamanho dessas conseqüências sobre as quais disserta Keynes.

A Alemanha não se rendeu incondicionalmente. O presidente americano Woodrow Wilson, em 8 de janeiro de 1918, formulou quatorze pontos centrais sobre os quais seriam construídos os termos do armistício e do tratado de paz. No que concerne a esses quatorze pontos, as compensações de guerra por parte da Alemanha deveriam se restringir às exigências feitas posteriormente pelos aliados, e aceitas pela Alemanha, de que esta teria que arcar com “todo o dano causado a civis e à sua propriedade por terra, por mar e pelo ar.” (KEYNES, 2002, p. 41)

Apesar de a frase acima ser extremamente aberta a interpretações diferentes, o presidente Wilson garantiu, em um discurso de 11 de fevereiro de 1918, que não haveria punições, contribuições, anexações ou danos punitivos contra a Alemanha derrotada, o que, na verdade, não poderia cumprir, diante das vorazes exigências francesas em ver uma Alemanha acorrentada militar e economicamente.

Na verdade, as motivações que guiaram os quatro grandes países aliados vencedores (França, Itália, Estados Unidos e Inglaterra) foram, em sua grande maioria, políticas e idealistas. A necessidade de corresponder à demanda da

população por punições extremamente severas ao principal agressor levou os líderes desses países a simpatizarem com as idéias radicais de George Clemenceau, primeiro-ministro francês. Dessa forma, o documento do presidente americano, considerado em seus quatorze pontos, justo, para todos os países em busca de uma paz mundial verdadeira, foi totalmente distorcido e utilizado contra a Alemanha de forma imoral e sem oportunidade de defesa ou contestação. (KEYNES, 2002, p. 17-36)

Sobre isso, Hjalmar Schacht (1931) afirma que: "O que foi chamado de Tratado de Paz não foi um tratado e tampouco trouxe a paz."

Mas nosso objetivo aqui não é entrar nos méritos da questão política que envolveu a formulação do tratado. O que será exposto a seguir são as conseqüências diretas para a economia alemã que o tratado, em sua forma final, trouxe. Keynes analisa o impacto do tratado sobre os principais elos da economia alemã, seu comércio ultramarino, sua exploração de ferro e carvão e seu sistema de transporte e de tarifas.

2.2.1 Sobre o comércio exterior e a propriedade privada

O comércio exterior, antes da guerra, era uma das principais fontes de renda da nação alemã. Seus investimentos em outros países, seu comércio com as colônias e sua forte marinha mercante eram a base desse sistema.

Com o tratado. Que atacou ferozmente esse sistema, a Alemanha viu-se praticamente privada de recursos e totalmente dependente dos países aliados para qualquer negociação comercial ou financeira fora da Alemanha.

A dependência começou com o confisco de todos os navios de sua marinha mercante com mais de 1.600 toneladas brutas, metade das embarcações entre 1.000 e 1.600 toneladas, um quarto de suas traineiras e barcos de pesca marítima e um quinto de sua frota pesqueira fluvial. Isso incluiria também os barcos em construção e em navegação, além de um compromisso de construir para os aliados os barcos de sua escolha até o limite de 200.000 toneladas anuais, durante cinco anos. (KEYNES, 2002, p. 44)

Assim, sem sua marinha mercante, a Alemanha ficou dependente dos preços de tarifas cobrados pelos aliados, o que aumentou em muito sua despesa, já que ela sempre fora receptora dessas tarifas de transporte.

Quanto ao comércio exterior de bens, o Tratado firma acordos comerciais de obrigações de exportação e importação da Alemanha com determinados países. Por exemplo, a Alemanha ficou obrigada a importar determinados artigos de luxo dos aliados, como seda e *champagne*, bem como proibida de taxar a importação de muitos outros, além de ter que exportar para os aliados mediante as tarifas que estes achassem correto cobrar, caracterizando acordos comerciais unilaterais nocivos para qualquer nação.

Todas as colônias alemãs foram cedidas aos aliados, bem como todas as suas propriedades governamentais, incluindo as ferrovias, sem qualquer pagamento por parte dos aliados. Assim, as portas para o lucrativo comércio com as colônias se fecharam, mas as obrigações de dívida alemãs com esses países continuaram valendo, apesar de a recíproca não ter sido verdadeira, já que os aliados confiscaram também os direitos do governo alemão nessas regiões.

Mas o tratado foi ainda mais severo, na medida em que afirmou o direito de confisco, pelos aliados, de toda propriedade privada de alemães, não só nas colônias, mas também nas regiões européias agora cedidas a outros países, como a Alsácia-Lorena e a Alta Silésia, incluindo as empresas privadas. O efeito desse confisco se fez muito mais presente na rica região da Alsácia-Lorena, onde a atividade mineradora foi alvo de grandes investimentos alemães, públicos e privados. Os valores dessas propriedades deveriam, então, ser utilizados para cobrir as dívidas de cidadãos alemães com cidadãos aliados, mas, novamente, a recíproca foi inválida, já que as obrigações de aliados com a Alemanha foram confiscadas sem compensação. O saldo dessas dívidas deveria ser creditado para a Alemanha contra o débito de reparações com os franceses.

Outra norma, ainda mais absurda e destrutiva deixou claro que a Alemanha deveria pagar aos aliados um milhão de libras até maio de 1921. Para que essa quantia fosse cumprida, os aliados, então, tomaram o direito de confiscar qualquer propriedade ou empresa alemã, dentro ou fora do país. Assim, os aliados poderiam tomar posse de empresas lucrativas e poderosas alemãs, cujo valor excedia em muito o valor que de fato fora computado em favor da Alemanha, além de ter uma importância vital para o sistema econômico do país.

Esse ataque direto contra a soberania de um Estado e contra o direito de propriedade privada será o principal combustível utilizado pelos nazistas para inflamar o ódio da população alemã contra seus inimigos ditadores, além de ser uma

ação que vai totalmente de encontro às leis do mundo capitalista, que primam pelo direito de propriedade. Quanto a isso, Keynes já alertava o mundo afirmando: “É verdade que o tratado desfere um golpe destrutivo em uma concepção que está nas raízes de boa parte da chamada “lei internacional”, como até hoje tem sido considerada”. (KEYNES, 2002, p. 47)

2.2.2 Sobre os recursos naturais e a infra-estrutura industrial

Todo o desenvolvimento da indústria pesada alemã girava em torno da exploração e do manuseio eficiente do ferro e do carvão. A retirada das regiões da Alsácia-Lorena, do Sarre e de boa parte da Alta Silésia das mãos alemãs privaram o país de 74,5% do seu minério de ferro, 68,1% de seu zinco e de 26% de sua produção de carvão, além de 15% de suas regiões cultiváveis. (STOLPER, 1942, p. 123)

Porém, o fato de que o país deixaria de conseguir uma quantidade enorme desses recursos naturais tão preciosos não foi o único problema que a separação territorial trouxe para o país, já que todo o sistema econômico em torno desses insumos estaria prejudicado e, ao invés de serem somados à riqueza alemã, se tornariam concorrentes muito fortes nas mãos francesas.

O Sarre, região praticamente que possui uma população composta praticamente, em sua totalidade por cidadãos alemães, foi colocada sob administração da Liga das Nações durante quinze anos. Porém, o controle econômico do Sarre foi cedido à França, já que a esta foram passadas todas as minas de carvão da região, pelos alemães, ao norte do país.

A Alta Silésia, repartida com a Polônia, possuía as maiores reservas de carvão do Estado alemão, e grande parte delas foi passada, sem compensações, para as mãos polonesas, deixando as indústrias da parte oeste do Reich com uma escassez crônica daquela matéria prima, que poderia, por contrato, ser comprada da Polônia a preços mundiais.

A Alsácia-Lorena, território conquistado pela Alemanha sobre a França na guerra de 1870 voltou ao controle francês, assim como todas as jazidas de minério de ferro nela existentes (75% do total alemão). O problema é que a estrutura industrial da Alemanha dependia do envio desse minério de ferro para o interior do

Reich, onde estavam localizados a maior parte dos fornos siderúrgicos, de ferro e de aço.

Assim, toda a estrutura que era a base da indústria alemã se desfez, causando prejuízos pesados não só para a Alemanha, mas para toda a indústria européia, principalmente para os que mais dependiam comercialmente da Alemanha. A França, ao invés de exportar o seu minério para a Alemanha, em troca de carvão, preferiu substituir as indústrias alemãs do local por francesas, sem mão-de-obra qualificada e com produtividade muito aquém das empresas alemãs. Ficou, portanto, dependente da cláusula do tratado que obriga a Alemanha a ceder aos aliados cerca de 40 milhões de toneladas de carvão ou coque, cláusula essa, que a Alemanha não terá condições de cumprir.

Keynes estima a diminuição da produção alemã de carvão em 60,8 milhões de toneladas, fazendo a Alemanha passar de um exportador de cerca de 33,5 milhões de toneladas (dados de 1919), para uma nação com um déficit interno de cerca de 50 milhões de toneladas nessa matéria prima, caracterizando uma falta generalizada de carvão nas indústrias européias. (KEYNES, 2002, p. 58-62)

A estrutura industrial alemã foi ainda prejudicada com a quebra de vários sistemas de transporte ferroviários, rodoviários e fluviais, que dependiam principalmente da Alsácia-Lorena. A Alemanha teve que entregar para a França todo o sistema de transportes dessa região, inclusive com material rodante, em perfeitas condições de uso para os franceses, além de uma quantidade específica de material de transporte para os aliados, a saber: 5.000 locomotivas, 15.000 vagões e 5.000 caminhões, dificultando em muito a movimentação de mercadorias internamente. (STOLPER, 1942, p. 124)

Além disso, os aliados obrigaram os alemães a cobrar as menores tarifas para o transporte aliado de mercadorias dentro da Alemanha, fosse ela por terra, por mar, ou por rios. Aliás, o controle desses rios seria passado para comissões internacionais, em sua maioria compostas por países aliados, inclusive rios predominantemente alemães, como o Elba, o Danúbio e o importante e fronteiro rio Reno. Tudo isso significou a perda praticamente total do controle aduaneiro alemão e a redução quase completa de sua renda por tarifas.

2.2.3 O total de reparações e a capacidade de pagamento

Como já foi dito, a formulação do Tratado foi baseada quase que completamente em aspectos políticos e a decisão do valor total que a Alemanha deveria pagar em termos de reparações de guerra não fugiu a essa regra, apesar dos protestos e advertências veementes de Keynes.

Tanto na Inglaterra como na França, a população foi levada a acreditar que a Alemanha ainda tinha muitos recursos e que estes seriam mais do que suficientes para garantir o pagamento de reparações “justas” e substanciais aos vencedores, o que, como previu Keynes, não passou de uma mentira política barata. Vale lembrar que alguns economistas famosos como Bertil Ohlin acreditavam, de fato, em uma capacidade enorme de pagamento pela Alemanha. O primeiro valor que a Alemanha seria obrigada a pagar era de 1 bilhão de libras até a data de primeiro de maio de 1921, como uma *prima* indenização de guerra que serviria como um sinal para o pagamento do valor restante, que seria decidido na data do pagamento dessa quantia inicial.

Keynes argumentou que, somados todas as reservas, títulos e materiais que a Alemanha possuía na época, chegaria à quantia de, no máximo, 200 milhões de libras, muito abaixo do exigido pelos aliados. Na realidade, a Alemanha conseguiu pagar o dobro até dia primeiro de maio de 1921, cerca de 400 milhões de libras, 20% do produto nacional alemão. (ABREU, 2002, p. 13)

Considerando as exigências vorazes dos aliados, Keynes estimou que, fora esse valor de um bilhão de libras, eles acabariam decidindo por uma quantia total de sete bilhões de libras a serem pagos pela Alemanha. Keynes errou por muito pouco. O total decidido por negociações em Londres em 1921 ficou na marca de 6,4 bilhões de libras (132 bilhões de marcos), divididas em duas partes: a primeira seria de 50 bilhões de marcos, o que deveria significar, anualmente, cerca de 10% da renda nacional alemã. A segunda seria decidida posteriormente, de acordo com a análise da capacidade de pagamento alemã da primeira parcela. (ABREU, 2002, p. 13)

A Alemanha, porém, continuou sem conseguir pagar integralmente o valor dessas parcelas. O Reich afirma que pagou cerca de 23 bilhões de marcos até 1923, enquanto os aliados, liderados pela França, apresentam outra conta, de apenas 8,2 bilhões, alegando total má fé da Alemanha em pagar suas obrigações, o que culminaria na ocupação do Ruhr pelos franceses.

A Alemanha só voltaria a negociar o pagamento das reparações em 1924, após a estabilização do marco e o fim do período de hiperinflação. O aprovado Plano Dawes fixou os pagamentos anuais em aproximadamente 10% do acordo antigo, além de permitir uma larga quantia de empréstimos americanos para o Reich, os quais, a partir de 1925, começaram até a superar o valor das reparações. Assim, mais uma vez as previsões de Keynes se concretizaram, já que ele afirmava que, no final, quem pagaria a conta de guerra seriam os Estados Unidos.

Com a retração do mercado financeiro internacional já em 1928, o Plano Young reduziu ainda mais os pagamentos devidos, culminando, durante a grande depressão, na moratória Hoover, pela qual deveriam cessar tanto as reparações como os empréstimos alemães e inter-aliados.

Na prática, a Alemanha pagou apenas 17% do total que fora inicialmente estipulado, somando a quantia de 22,9 bilhões de marcos ou 1,2 bilhões de libras em valores correntes; muito próximos da previsão de Keynes sobre o máximo, de dois bilhões de libras, que os aliados deveriam cobrar da Alemanha. (ABREU, 2002, p. 14)

Considerando esses dados, o pagamento das reparações em sua forma numérica não significou um impacto tão nocivo na economia alemã e mundial. Os assustadores números inicialmente propostos teriam, sim, contribuição pesada na desvalorização do marco e na hiperinflação, mas com o passar do tempo a Alemanha encontrou uma forma política de reduzir esse dano a sua economia. Porém, o caráter desde o início explorador dessas reparações acabou por fazer com que o Tratado de Versalhes gerasse, não a paz que preconizava, mas um sentimento de revanche e ódio de toda a nação alemã, que culminaria com o terror nazista e a Segunda Guerra Mundial.

3.0A REPÚBLICA DE WEIMAR

Praticamente ao mesmo tempo em que os aliados se reuniam em Versalhes para tratar de uma nova forma de organização mundial para garantir a paz, os líderes alemães se reuniam em Weimar para discutir o rumo da política de uma Alemanha destroçada pela guerra. Como já vimos, O tratado de Versalhes não chegou nem perto de alcançar seu objetivo, tendo sido um dos principais motivos da segunda guerra mundial. A República de Weimar, como foi chamada essa forma de governo que estudaremos a seguir, teve que combater uma inflação galopante, uma pobreza generalizada da população e a pressão internacional para o pagamento das famosas reparações de guerra. Apesar disso, conseguiu um período de relativa estabilidade e crescimento econômico para a Alemanha, solucionando a hiperinflação e diminuindo os índices de desemprego. Porém, as bases político-econômicas, tão conturbadas do início do governo, não conseguiram se tornar suficientemente fortes para enfrentar uma crise de proporções tão devastadoras como a crise mundial de 1929.

O capítulo está composto das seguintes partes: na primeira, o leitor conhecerá melhor a situação política que culminou com a formação de uma república parlamentar, a República de Weimar. Em seguida, serão abordadas as causas da hiperinflação e o leitor poderá entender quais foram as conseqüências diretas da elevação dos preços na economia do país, bem como as soluções encontradas para resolver o problema. A segunda parte do capítulo tratará do breve período de recuperação da economia alemã, entre 1924 e 1929. Por fim, serão estudados os impactos da grande depressão na Alemanha.

3.1A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Na tentativa de entender as decisões político-econômicas do governo alemão durante a república de Weimar, é indispensável conhecer as caóticas bases sociais e políticas sobre as quais essa forma de governo foi construída.

Em 1870, a França, desmoralizada e totalmente esgotada pela derrota na guerra Franco-Prussiana, enfrentou diversos problemas para conter movimentos separatistas, fascistas e, principalmente, comunistas. Milhares de pessoas morreram nas ruas numa quase guerra civil para manter a democracia. Na Alemanha não foi

diferente. Durante o período de Bismarck como chanceler do império alemão (1871–1890), a democracia floresceu na Alemanha e diversos partidos políticos com inclinações políticas divergentes ganharam força e seguidores.

Com uma Alemanha exausta e derrotada após a Primeira Grande Guerra, cada um desses partidos se sentiu no direito de tomar as rédeas do país, dando início a movimentos para se fortalecerem, inclusive militarmente, e garantirem suas bandeiras no alto do *Reichstag* (parlamento alemão). Vale ressaltar que a presença do pensamento anti-semita em boa parte da população alemã não era na época - e nunca foi - exclusividade da Alemanha. Após a guerra Franco-Prussiana, movimentos desse caráter foram, inclusive, maiores e mais violentos do que os ocorridos naquele país logo após a primeira guerra.

A destituição da monarquia ditatorial se deu em 28 de outubro de 1918, logo após o presidente americano Woodrow Wilson apresentar as condições para o armistício, sendo substituída por uma monarquia parlamentar que durou menos de um mês. Isso ocorreu porque os militares, tentando tomar o poder, criticaram ferozmente o príncipe pela assinatura do armistício, espalhando por todo o Reich a idéia de que a Alemanha teria se vendido aos aliados e aceitado uma paz totalmente destrutiva para o país. Abriu-se assim, espaço para vastos movimentos populares, que aumentaram a desordem e permitiram a ascensão rápida de líderes de esquerda e de extrema esquerda. Com isso, as monarquias dos Estados Alemães foram ruindo, sendo substituídos por novas Repúblicas socialistas.

Dessa forma, foram proclamadas, no período de três dias, três Repúblicas diferentes no Estado alemão. A primeira (8 de novembro), liderada pelo socialista independente Kurt Eisner, instaurou a República Livre da Baviera. A segunda (9 de novembro), encabeçada pelos líderes dos partidos de esquerda, proclamou a instauração de uma República Socialista Alemã sob o comando de Friedrich Ebert, nos moldes da monarquia parlamentar. A última, apenas duas horas depois da segunda, declarou, de dentro do castelo real, a República Socialista Livre, com idéias políticas bolcheviques em seus discursos e sob a liderança de Wilhelm Liebknecht. (THALMANN, 1988)

Esse choque entre idéias esquerdistas levou ao um sangrento confronto, que ficou conhecido como a Revolução de Novembro, quando os partidários de extrema esquerda foram massacrados pelos social-democratas, com a ajuda do exército. Os dois lados reclamavam o apoio popular de massa em suas causas, mas a verdade é

que os comunistas representavam uma parcela muito pequena da população politicamente ativa no país. Isso fez com que o exército, que já vinha ganhando a simpatia do povo através de uma forte propaganda, apoiasse Ebert e seus seguidores. Essa ambigüidade das idéias do exército, ora criticando uma monarquia parlamentar, ora apoiando-a, fez com que sua moral política fosse abalada e causou um gradual afastamento militar do centro das discussões políticas. Isso enfraqueceu também a maioria social-democrata então no governo - com Ebert como presidente e um conselho de líderes socialistas como controle - que precisou buscar alianças políticas com antigos líderes de direita e de centro.

Essa tentativa de cativar os direitistas acabou moldando as ações do governo de uma forma nem um pouco socialista. Não houve, na verdade, nenhuma tentativa de socialização de produção, mesmo com o caos instalado nas indústrias. Tampouco qualquer tipo de reforma agrária. Sobre o assunto, Rita Thalmann afirma que: "...os novos dirigentes comportam-se mais como gerentes empenhados em assegurar o reinício do funcionamento de uma empresa arruinada do que como construtores de uma nova Alemanha..." (THALMANN, 1988).

Apesar disso, o novo governo conseguiu rapidamente restabelecer uma condição mais organizada de vida para a população, reinstaurando a liberdade de imprensa e de expressão, a eletividade dos cidadãos e os direitos individuais fundamentais. Além disso, promoveu um grande avanço no campo trabalhista, com a redução de horas de trabalho, criação de fundos de auxílio a milhares de desempregados, criação do seguro-saúde e a abolição de qualquer lei trabalhista feudal no Reich. Esse programa foi amplamente comemorado pela população e aceito pelas indústrias, já que o governo ameaçava socializá-las caso não aceitassem as novas leis trabalhistas. Porém,, como já foi dito, não há registros de empresas que tenham se recusado a aceitar a nova lei.

Tendo voltado à cena política através da cooperação com o novo governo, os partidos tradicionais de elite começaram a se reorganizar e aspirar ao poder. A grande máquina de propaganda desses partidos ajudou a ferir ainda mais as idéias dos bolchevistas, dando suporte à formação de uma Assembléia Nacional. Prova disso foi o fato de que nenhum delegado de extrema esquerda, nem mesmo seus líderes como Rosa Luxemburgo, foram eleitos para o Congresso Nacional dos Conselhos que determinaria a natureza do novo Estado alemão.

Durante o Congresso, porém, ocorrem mais divergências entre os socialistas, devido a diversos pequenos confrontos armados de revolucionários contra o governo. O mais famoso desses confrontos foi a invasão do palácio por mais de mil marinheiros que afirmavam defender a revolução vermelha. Incidente esse, resolvido com mais uma clara união de Ebert com o exército. Essa união resultou no massacre dos revolucionários e fez com que o partido social-democrata se rompesse e gerasse a criação de dois partidos: o USPD (*Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) e o SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), esse último do governo, que se viu sem apoio da esquerda e acabou por aderir a idéias direitistas, decidindo acabar com a revolução de uma vez por todas.

Em 5 de janeiro de 1919, a USPD e os líderes bolchevistas, chamados de espartaquistas, se uniram e incitaram a população adepta à revolução a fazerem uma grande manifestação pelas ruas de Berlim, convidando-os, na sequência, para a ação. Os manifestantes tomaram, então, a prefeitura, prédios do governo e gráficas da imprensa e de partidos direitistas. Porém, mesmo dentro da revolução os líderes não conseguiam se entender, e apenas uma parcela deles queria se insurgir contra o governo. Assim, quando grandes empresas e seus trabalhadores propuseram um acordo entre as três esferas socialistas, grande parte da USPD voltou a ser simpatizante do governo, deixando apenas os espartaquistas e os ultra-esquerdistas da USPD no comando da revolução. Enquanto isso, Ebert convocava Gustav Noske, encarregado do conselho da defesa, para controlar a insurreição. Foi quando ocorreu o episódio mais sangrento da Alemanha no período: Noske utilizou o exército para “varrer” das ruas todo e qualquer manifestante, fazendo uso até mesmo de canhões e lança-chamas.

Após esse episódio, muitos líderes da revolução derrotada fugiam da Alemanha. Alguns foram capturados e levados a julgamento; outros, como Rosa Luxemburgo, decidiram ficar com seus camaradas e acabaram mortos por oficiais do exército, o que colocou um ponto final em qualquer pretensão comunista.

Foi criada, então, uma assembleia encarregada da importante missão de decidir o rumo da política alemã, composta por 421 cadeiras, formadas principalmente pelo partido encarregado do governo provisório, o SPD. Os partidos de direita também conseguiram uma boa participação. Partidos de trabalhadores ou

de extrema esquerda não figuraram na assembléia, o que consolidou o domínio político alemão pelos partidos burgueses.

Formada em 12 de fevereiro de 1919, a Coalisão de Weimar, como ficou conhecida, ficaria, então, comprometida com três aspectos principais: a aceitação da forma de República para o Estado; uma política fiscal pesada, atingindo principalmente grandes fortunas e acumulações maciça de capitais; uma política social para melhorar a condição de vida da população e a socialização de algumas empresas de importância estratégica.

Para a formulação da constituição foi formado outro comitê, liderado pelo teórico político e jurídico Hugo Preuss, influenciado por fortes idéias advindas de Max Webber e Robert Redslob. O primeiro deles defendia um presidencialismo forte que, segundo ele, refletiria a vontade do povo nas ações do presidente, dando pouca importância ao Reichstag (parlamento alemão), que deveria ser apenas um intermediário responsável por levar as vontades do povo até o seu líder. Essa sua visão quase bismarquiana era rebatida por Redslob, que argumentava a favor de um parlamento mais forte e com mais poderes, dividindo assim as incumbências dos setores do poder.

À primeira vista, o texto final da constituição de Weimar era uma mistura aparentemente equilibrada das duas idéias. Mas certas cláusulas muito ambíguas acabavam por deixar o presidente com poderes para governar praticamente sozinho, se essa fosse a sua vontade, ou se o período fosse de crise profunda. Como o presidente só poderia ser deposto por 2/3 dos votos do Reichstag, bastava a ele o apoio de 1/3 das cadeiras para governar por decretos próprios ou dos ministros, podendo a seguir transformar esses decretos em leis. (MYERSON, 2004)

Por outro lado, o sistema presidencial foi definido através de representação proporcional, ou seja, cada partido colocaria um membro no reichstag a cada determinada quantidade de votos adquiridos, nesse caso, sessenta mil. O problema é que não se via muito propósito em ganhar muitas cadeiras no Reichstag, já que este não teria influência suficiente para afetar as decisões presidenciais. As eleições do presidente (sete em sete anos) e do Reichstag (quatro em quatro anos) eram descasadas, e isso piorava a situação, já que isso tudo desencorajava a formação de coalisões políticas significativas. A formação de pequenos partidos localizados fez, então, com que cada um deles defendesse os interesses próprios, de sua região

e de seus eleitores, impossibilitando um pensamento comum em todo o Reich no sentido de decidir o que fosse melhor para a Alemanha.

As previsões daqueles que se opunham à nova constituição se concretizaram, como veremos a seguir. Os presidentes, ao longo da república, tiveram de fato muito poder e o Reichstag quase nenhum. As políticas econômicas do governo ficaram restritas ao pensamento de um só partido e os interesses regionais prevaleceram sobre os interesses nacionais em diversos casos, principalmente durante o período da hiperinflação e, mais tarde, da crise de 1929.

3.2A ECONOMIA ALEMÃ NA “ERA DA INFLAÇÃO”

“ As hiperinflações são o laboratório da economia monetária. Afirma-se que, devido à existência de taxas de depreciação monetária extremamente elevadas, fatores que podem, em situações normais, obscurecer as relações entre moeda e preços, surgem de maneira clara e marcante, apesar de toda a discussão e controvérsia sobre o assunto. ” (DORNBUSCH, 1986, p. 61)

O processo inflacionário alemão foi um dos primeiros a atingir proporções tão gigantescas. Suas causas e conseqüências são motivo de pesados estudos, não só do próprio período, mas também como exemplo do que deve e do que não deve ser feito em um caso de desvalorização monetária tão forte.

Hjalmar Schacht define a Era da Inflação alemã em seu livro, *Setenta e Seis Anos de Minha Vida*, com as seguintes palavras:

“Era da Inflação é, para todos os que ainda se lembram: bloqueio da entrada de alimentos no país, entrega de bens a potências estrangeiras, inexistência de direitos políticos, revolução social, enriquecimento repentino de figuras obscuras. Perda substancial das classes até então abastadas, empobrecimento da pequena, média e alta burguesias. Corrupção entre políticos e funcionários públicos, negociações políticas entre os partidos, as Forças armadas e os ministérios. Mortalidade infantil crescente, criminalidade crescente, jovens deformados por causa do raquitismo, morte prematura dos idosos. Tudo isso e muito mais está contido nas palavras “era da inflação”. (SCHACHT, 1999, p. 219)

Como já vimos, o Tratado de Versalhes empobreceu profundamente a Alemanha. Na medida em que retirou do país uma grande parte do setor produtivo e de infra-estrutura e lhe impôs pagamentos exorbitantes, contribuiu claramente para o

agravamento da inflação. Sim, a inflação alemã já existia antes de se tornar uma hiperinflação. Aliás, existia na maioria dos países participantes da Primeira Grande Guerra, ocasionada pelos custos bélicos e a distorção produtiva. Mas a maioria desses países não tinha tantos problemas na balança de pagamento nem na estrutura de oferta e demanda por bens; percebendo-se, isso sim, um processo de estagnação e deflação nos países vencedores (como França e Inglaterra), e inflações pesadas nos países derrotados, (como Alemanha, Hungria e Áustria). (KEYNES, 1985)

Diante das inúmeras discussões de economistas famosos sobre o assunto, tanto da época (Hilferding, Keynes), como os mais contemporâneos (Franco, Dornbusch), parece haver um consenso de que o governo alemão não conhecia totalmente os perigos da aceleração inflacionária. O que podemos perceber quanto a isso é que, de fato, o governo alemão tomou decisões que não só desconsideravam o já progressivo aumento de preços como, pior, serviam de estímulo ao aumento deliberado de preços pelos produtores e ao rápido aumento do consumo pelos trabalhadores.

Parece claro que na época os líderes alemães tinham muitas coisas que em curtíssimo prazo eram mais importantes e necessitavam de grande atenção, mas não podemos esquecer que, como fator agravante, a alta de preços e a desvalorização da moeda não eram nem um pouco familiares para os governantes e economistas do período. Talvez nesse fato que resida a aparente despreocupação com a inflação por parte da Alemanha, até que ela atingisse níveis que desestabilizaram a economia.

É também importante o fato de que, como na maioria dos processos inflacionários, houve um estímulo ao crescimento econômico enquanto as taxas não estavam demasiado altas. As empresas conseguiram aproveitar-se disso para aumentar seu capital através de empréstimos com taxas reais de juros baixas, empregando um número maior de pessoas; e os consumidores foram tentados a gastar seu dinheiro de forma mais rápida. Portanto, a inflação trouxe, a princípio, uma melhora na condição de vida da população. Um motivo a mais para o frágil governo não tomar atitudes anti-inflacionárias mais radicais antes de 1922.

O capítulo estará estruturado de acordo com as principais causas e efeitos da hiperinflação alemã. São elas: o problema financeiro do governo, a desvalorização

do marco e a fuga de capitais, a circulação da moeda e a distorção do mercado de trabalho.

3.2.1 O caos das finanças do Reich

O governo alemão voltou os olhos, antes de tudo, para a estabilização financeira do orçamento, tarefa difícil devido à pressão dos aliados para receber o pagamento das reparações de guerra. Além disso, a Alemanha sofria com o serviço da dívida contraída durante a guerra e investia uma grande soma monetária em políticas para melhorar as condições de vida da população mais pobre, além de ajudar as vítimas de guerra.

O primeiro movimento no sentido de sanear a dívida pública no país foi o de decretar a Lei de Tributação Obrigatória de Emergência do Reich (Reichsnotopfer), que se tratava de um imposto pesado sobre grandes fortunas, grandes propriedades e alta acumulação de capital. Com essa lei, o objetivo do governo era o de arrecadar cerca de 80 bilhões de marcos. Provavelmente teria dado certo, mas o governo, sem levar em conta a depreciação da moeda com a inflação e fixou os impostos em valores nominais. Assim, como o pagamento dos tributos levava muito tempo, o montante real arrecadado pelo governo era muito inferior ao que deveria ser, tornando o imposto praticamente inútil tanto para as finanças como para o planejamento das políticas públicas. Esse imposto foi substituído em 1922, quando a inflação começava a acelerar mais rapidamente, por um imposto sobre a propriedade, que deveria ser pago no ato. (STOLPER, 1942)

Apesar das inúmeras tentativas falhas do governo em aumentar a arrecadação de impostos, deve-se observar os esforços de um homem chamado Matthias Erzberger, ministro das finanças da República de Weimar de 1919 até agosto de 1921, quando foi assassinado por militantes de partidos de extrema esquerda.

Erzberger colocou em prática o que teorizava a Constituição de Weimar sobre a estrutura organizacional fiscal do Reich. Com seus esforços é que a Alemanha conseguiu se tornar um grupo federado de estados, com um Estado centralizado que cuidaria dos interesses gerais da nação, pelo menos no sentido fiscal. Aliás, o sistema fiscal implantado na época perdura até hoje, com pequenas modificações. É interessante notar que o sistema é muito parecido com o brasileiro atual. Com

divisão da receita de determinados impostos entre o Estado central e as unidades federativas. Isso ajudou a aliviar um pouco as finanças do governo, mas, com o aumento da inflação, toda a arrecadação de impostos tornou-se inútil como veremos mais adiante.

Já durante a hiperinflação, uma última tentativa interna de arrecadar recursos foi o empréstimo obrigatório que o governo alemão impôs aos grandes detentores de capital financeiro. Essa ação foi uma das poucas que conseguiu proporcionar alguma melhora na arrecadação, já que os empréstimos deveriam ser feitos em marcos-ouro, o que eliminava a desvalorização da moeda dessas “transações”, como ficaram conhecidas. Tal plano, porém, não alcançou todo o seu potencial pela falta de cooperação dos industriais e da burguesia e pela lentidão com que era conseguido esse capital. (STOLPER, 1942)

A seguir, um quadro que demonstra o estado caótico das finanças do Reich nesse período. Para o melhor entendimento devido à inflação, os valores estão em marcos poder aquisitivo, ou seja, o marco dividido pelos índices de custo de vida no período.

TABELA 1 – FINANÇAS DO REICH (GOVERNO ALEMÃO), 1920-23 (EM MILHÕES DE MARCOS PODER AQUISITIVO - 1913)

	Receitas	Despesas	Saldo
1920-1921	4.091	11.266	-7.175
1921-1922	5.236	11.964	-6.728
1922-1923	3.529	9.665	-6.136
1923-1924	1.245	12.977	-11.732

FONTE: STOLPER, 1942, p. 135

Essa tabela mostra que as ações tributárias do governo tiveram um desempenho pífio, mesmo nos anos em que a inflação ainda não era tão alta. A drástica queda das receitas a partir de 1922 se deu pelo efeito inflacionário sobre os impostos. O fato de o governo receber os impostos um bom tempo depois de cobrá-los, com valores passados, fez com que a receita tributária real se tornasse uma fração do que deveria ser, de acordo com a desvalorização monetária desse período de “espera”.

Esse gordo déficit era coberto através da emissão de títulos do governo, com taxas de juros flutuantes. O problema é que a desvalorização monetária era muito

maior do que as taxas de juros. Dessa forma, a procura por esses títulos de dívida diminuía à medida que o valor do marco caía.

Sem demanda por esses títulos, coube ao Reichsbank comprá-los, quase em totalidade, do governo durante todo o período inflacionário. Isso significa financiamento do governo através de emissão de moeda, medida essa que traz, invariavelmente, inflação. Além disso, o Reichsbank continuou emitindo créditos também ao setor privado, gerando créditos com taxas de juros e rendimentos distorcidos pela inflação.

Os créditos inflacionários cedidos pelo Banco Central da Alemanha, primeiramente para o governo e depois para os empresários, tiveram grande influência na aceleração inflacionária. Porém, ao contrário do que preconizavam os partidos de esquerda da época - que colocavam toda a culpa sobre os ricos empresários e industriais - a culpa foi inteiramente do governo e do Reichsbank, que criaram uma oportunidade imperdível para aqueles homens inteligentes e atentos aos acontecimentos que tinham então uma razoável quantidade de dinheiro disponível para investir, na época.

Ora, se a demanda por títulos era escassa, a demanda por empréstimos era monstruosa, já que, mesmo com as taxas de juros mais altas impostas pelo Reichsbank no período (90%), a desvalorização que a moeda sofria era muitas vezes superior. (STOLPER, 1942)

Tal disparidade entre a taxa de juros imposta pelo Reichsbank e a taxa de desvalorização da moeda foi a principal razão da existência de "proveitadores" da crise inflacionária. O processo de enriquecimento rápido era simples. Os empresários tomavam grandes empréstimos e rapidamente os transformavam em bens físicos, normalmente fábricas concorrentes ou até de outras atividades produtivas. O que importava era aumentar o capital físico o mais depressa possível. Assim, no final do empréstimo, mesmo que o empresário tivesse que pagar uma taxa de juros exorbitante, ela era inúmeras vezes inferior à taxa de depreciação da moeda. Dessa forma, os empresários pagavam uma bagatela por fábricas inteiras, equipamentos e o que mais lhes fosse lucrativo comprar. Os industriais ainda tinham a vantagem de ter uma facilidade maior para exportar, com a moeda desvalorizada. Nomes importantes da indústria moderna estão ligados a esse período de enriquecimento relâmpago como Siemens, Thyssen e Krupp. Dessa forma, a

concentração de renda cresceu abruptamente no período, em favor dos "aproveitadores da crise".

Os créditos inflacionários não foram exclusividade do Reichsbank. Muitas pessoas desinformadas perderam fortunas com o crédito privado, definindo taxas de juros inúmeras vezes mais altas que a do Reichsbank (a oferta desses créditos pelo banco se tornou insuficiente devido à crescente demanda) e, esperando obter, com isso, lucros elevados. O problema é que a inflação aumentava de uma forma exponencial tão forte, que mesmo aqueles que cobraram as maiores taxas de retorno tiveram prejuízos enormes. Em uma economia capitalista, não há como culpar um empresário inteligente por ganhar dinheiro de maneira tão fácil como essa. (THALMANN, 1988)

Além desses emprestadores que acabaram vendo seus negócios absorvidos por conglomerados pertencentes a apenas um nome, a classe média foi a mais prejudicada nesse período. Essa classe, que havia sido tão importante para a Alemanha durante o período de Bismarck e a Primeira Guerra Mundial viu sua renda média cair em torno de 75% de 1920 até 1924. Isso ocorreu porque essa classe sempre foi a maior financiadora do governo, através de compra de títulos e vivia de rendas fixas, como aposentadoria e aluguéis. Além disso, a maior parte da classe média era de funcionários e não de operários. Muitos dos salários dos operários já eram pagos por dia trabalhado e isso se intensificou com a inflação. Já os funcionários demoraram mais para verem seus salários reais voltarem a ter algum valor, já que a indexação dos salários demorou a sair e só ajudou a piorar a crise.

3.2.2 A desvalorização do marco

Desde durante a Primeira Grande Guerra, o governo alemão começou a imprimir moeda para arcar com os custos de guerra. Quando o Tratado de Versalhes decretou tamanho pagamento de reparações à Alemanha, a única saída que o governo alemão conseguiu enxergar foi a emissão de mais moeda para conseguir pagar as exigências das primeiras reparações e tentar equilibrar o orçamento.

Como sabemos, o processo inflacionário acaba se tornando causa e consequência da emissão de moeda, criando um círculo vicioso enorme, que só pode ser quebrado com drásticas medidas governamentais, fora de questão naquela

época. Isso ocorre porque a inflação diminui a receita dos impostos, como vimos na seção anterior.

No auge da hiperinflação, 133 gráficas faziam a emissão de papel-moeda para o governo, com 1783 máquinas. Produção ainda insuficiente para atender às necessidades exorbitantes do período.

Além da emissão de moeda, outra causa principal para a desvalorização da moeda foi a rápida saída de capitais do país, que se iniciou logo após a assinatura dos acordos de paz. Até fevereiro de 1920 a cotação do dólar subiu de 13,5 marcos para 99 marcos. Era claro que a maioria dos investidores alemães e mundiais não tinham a menor dúvida quanto ao tamanho da dificuldade que a Alemanha teria em pagar todas as reparações de guerra e arcar com uma situação de miséria interna e falta de produção. Como já vimos no capítulo 2, o Tratado deixou a Alemanha com as mãos amarradas para iniciar qualquer recuperação de urgência no país e ainda impôs um pagamento monstruoso em dinheiro.

A fuga repentina de capitais causou uma ainda maior escassez de dinheiro nos cofres públicos alemães já exauridos pela guerra e ainda tornava as importações de matérias-primas, das quais a Alemanha estava tanto precisando, muito mais caras. Pra piorar, o crédito alemão no exterior estava baixíssimo e o sentimento de rivalidade entre os países que se enfrentaram na guerra tornava o comércio ainda mais complicado. O comércio exterior alemão ainda foi altamente prejudicado por acordos de benefícios unilaterais de comércio, tarifas e de transportes em favor dos países aliados que fizeram a balança tender pesadamente contra o balanço de pagamentos alemão. (STOLPER, 1942)

Sobre esse assunto, Dornbusch afirma que “ a incerteza quanto ao futuro político e econômico está refletida no comportamento errático da taxa de câmbio. ” E que “A desvalorização, que era um reflexo da incerteza reinante na Alemanha, realimentava as variações nos preços, aumentando a instabilidade geral.” (DORNBUSCH, 1986, p. 4)

Não se sabe até que ponto a maior parte do capital que saiu da Alemanha naquele momento, foi por conta de uma ação especulativa de alguns poucos, ou se foi uma tendência natural e “inconsciente” dos investidores em retirar o dinheiro. O fato é que essas pessoas lucraram (e muito) com a desvalorização da moeda alemã.

Após as tensões políticas internas da Alemanha terem sido acalmadas e o novo governo começar a construir seus moldes não comunistas, uma boa parte dos

investidores voltou para a Alemanha, o que reduziu o valor do dólar para 40 marcos, com oscilação aquele ano, de até 70 marcos. Nesse período, porém, as reformas fiscais estavam tendo um bom efeito, mesmo que apenas político e as conversas sobre as reparações de guerra estavam em um nível morno, sem muita pressão dos aliados e sem grandes pagamentos alemães.

Isso tudo mudou em maio de 1921, quando a Inglaterra enviou um ultimato à Alemanha para o início do pagamento das transferências de guerra para os aliados. Esse fato, aliado à divisão da Alta Silésia com a Polônia, reinstaurou o caos nos investidores, ocorrendo uma nova fuga de capitais, muito maior que a primeira. Seguiram-se, ainda, pagamentos de grandes montantes, em espécie, das reparações, o que, segundo Schacht, consumiria cerca de 80% das exportações alemãs, grande parte deles lastreado com a emissão de moeda pelo Reichsbank, desvalorizando ainda mais o Marco. A partir desse ponto não houve mais nenhum período de recuperação, apenas de aceleração da depreciação, com a resistência pacífica do Ruhr, que veremos a seguir.

A tabela a seguir mostra o desastre cambial que ocorreu no país:

TABELA 2 – COTAÇÕES DO DÓLAR EM TERMOS DO MARCO (MÉDIA MENSAL)

Período	Valor do Marco
Julho 1914	4,2
Janeiro 1919	8,9
Julho 1919	14,0
Janeiro 1920	64,8
Julho 1920	39,5
Janeiro 1921	64,9
Julho 1921	76,7
Janeiro 1922	191,8
Julho 1922	493,2
Janeiro 1923	17.972,0
Julho 1923	353.412,0
Agosto 1923	4.620.455,0
Setembro 1923	98.860.000,0
Outubro 1923	25.260.208.000,0
Novembro 1923 (Dia 15)	4.200.000.000.000,0

FONTE: STOLPER, 1942, p. 137.

Como podemos ver, a desvalorização se acelerou exatamente em julho de 1921, quando ocorreu o ultimato de Londres e saiu totalmente de controle em 1923, com a resistência pacífica no Ruhr contra os franceses.

Esse episódio da história alemã tem direta influência não apenas sobre o fato derradeiro da explosão da hiperinflação alemã em seu período final, como significando a extinção de qualquer resquício de respeito ou simpatia da população alemã pela França. Dessa forma, esse “massacre do trabalhador alemão”, como pregará o partido nazista, contribuirá para uma propaganda de ódio contra os franceses e, por consequência, contra os aliados.

Nessa época o presidente do Reichsbank, Von Havenstein, se recusava a tomar qualquer medida inflacionária enquanto as finanças do Reich não fossem equilibradas. Ele se juntava à maioria dos políticos que apontavam o pagamento das reparações de guerra como sendo o principal (e para alguns o único) problema do desastre financeiro. Dessa forma, o governo ficou cada vez mais pressionado a tomar uma atitude de moratória perante as reparações.

No lugar de Walter Rathenau - assassinado por membros do próprio governo, descontentes com a política de cooperação com o Tratado - Wilhelm Cuno assume o cargo no Ministério das Relações Exteriores e adota uma política de resistência (*Widerstandspolitik*), imediatamente contestada pelo governo francês de Poincaré, que inflama os aliados a tomarem atitudes de maiores sanções e represálias à Alemanha.

Depois de muita pressão do governo francês os aliados concordam em “fechar os olhos” para o plano de Poincaré de invadir o Ruhr, em companhia dos belgas, para tomarem posse das minas de carvão e das fábricas da região e se apossarem das receitas aduaneiras do país. Assim, a França entra com 60.000 homens no Ruhr e se instalam nos principais centros da região.

Ao contrário do que esperavam os soldados franceses sedentos por vingança, o governo alemão surpreendentemente ordena à população da região que não agridam os invasores, mas simplesmente se recusem a cooperar com eles. Imediatamente os líderes sindicais e industriais alemães declaram greves generalizadas causando fúria nos encarregados franceses que tentaram, sem sucesso, trazer trabalhadores da França para operar nas minas e fábricas. Trabalho dificultado pelas milícias armadas que se organizaram e sabotaram a maioria das indústrias.

Com isso, vários industriais da região foram presos, como Fritz Thyssen e Krupp Von Bohlen, funcionários foram arrastados de suas casas e obrigados a trabalhar, alguns sendo fuzilados em seguida. Há relatos de uma série de estupros e violência deliberada contra a população comum alemã. Mesmo assim, sequer as informações produtivas dessas fábricas foram obtidas pelos franceses, já que toda a papelada que os alemães não conseguiram transferir para locais seguros foi queimada pouco antes da chegada das tropas. A *die schwarze schmach* (vergonha negra), como ficou conhecida, foi criticada abertamente pelos aliados, inclusive os ingleses e os americanos. (THALMANN, 1988)

A resistência passiva causou um rombo irreparável na economia alemã. O governo gastou, com indenização às fábricas e à população, cerca de 3,5 bilhões de marcos-ouro, duas vezes mais do que o que deveria ser pago como reparações e que antes havia sido considerado impossível. Além disso, a ocupação provocou uma escassez ainda maior nas matérias primas e na produção em geral do país. Esse foi o último golpe na confiança de investidores, e decretou de vez o caos generalizado na economia alemã.

3.2.3 A elevação dos preços e a circulação de moeda

Seria errado caracterizar a hiperinflação alemã como sendo ou de oferta ou de demanda, mas esses dois lados da economia estavam distorcidos no período.

Pelo lado da oferta, a escassez de matérias primas e a constante desvalorização do marco frente ao dólar encareciam a produção de maneira brutal, e a concentração de indústrias no pós-guerra já era grande o suficiente para que existissem monopólios e cartéis em torno das principais cadeias produtivas. Esse problema só se agravou durante a inflação pela existência dos "proveitadores" da crise, que conseguiram uma concentração ainda mais gigantesca da produção e controlavam os preços da maneira que bem entendiam, ou seja, corrigindo-os rapidamente de acordo com a taxa de câmbio do dia, ou até mesmo da hora. Costume esse logo absorvido pelo comércio e pela população em geral.

Existia, sim, portanto, uma inflação de custos guiada principalmente pela escassez de insumos e pelo preço cada vez mais alto destes no mercado externo. Porém, na situação empobrecida em que a Alemanha se encontrava, ficaria muito

difícil os preços continuarem tão altos se a população não estivesse disposta a consumir; mas ela estava.

No entanto, a elevação dos preços não esteve, desde o começo, intrinsecamente ligada à desvalorização cambial do marco. A população ainda não havia “aprendido” a entender o processo inflacionário e a relacionar os preços com a taxa de câmbio (valor do dólar). Assim, o princípio do movimento inflacionário na Alemanha ainda não era indexado, ou seja, a elevação de preços ainda se dava de forma desordenada, influenciada por um certo controle do governo, seguindo o aumento da oferta monetária e o aumento dos custos. (STOLPER, 1942)

Foi somente após o efeito de substituição monetária, que veremos a seguir, que a correção de preços e salários ficou totalmente indexada ao câmbio. Esse movimento pode ser percebido comparando-se a elevação do câmbio com a elevação dos preços ao consumidor da tabela “x”.

TABELA 3 – ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO MEDIDO PELO VALOR DO DÓLAR E PREÇOS AO CONSUMIDOR (BASE 1913 = 1,0)

Período	Valor Dólar	Preços	Período	Valor Dólar	Preços
Janeiro 1913	1,0	1,0	Julho 1922	117,0	101,0
Janeiro 1920	15,4	12,6	Janeiro 1923	4.279,0	2.785,0
Julho 1920	9,4	13,7	Julho 1923	84.150,0	74.787,0
Janeiro 1921	15,4	14,4	Setembro 1923	23.540.000,0	23.949.000,0
Julho 1921	18,3	14,3	Outubro 1923	6.014.300.000,0	7.095.800.000,0
Janeiro 1922	45,7	43,7	Novembro 1923	1.000.000.000.000	750.000.000.000

FONTE: STOLPER, 1942, p. 138.

Vemos que, a partir de julho de 1923, os preços ultrapassam os valores da taxa de câmbio. Isso porque os produtores e comerciantes começaram a sobrevalorizar as mudanças da taxa de câmbio, na tentativa de conseguir mais lucros, já que, a partir desse período, a circulação de moeda já estava prejudicada e as vendas caíam consideravelmente dia após dia. Já o fato de, em novembro de 1923, último mês da hiperinflação, os preços não terem atingido a variação do câmbio foi devido à total incapacidade do governo de imprimir tamanha quantidade de moeda, causando uma escassez pesada de dinheiro na economia.

Do lado da demanda, tínhamos uma reduzida, mas ainda razoavelmente grande população alemã disposta a melhorar suas condições de vida e a consumir sobretudo alimentos, mas logo, também, outros produtos, inclusive bens de consumo duráveis. Foi o governo que propiciou essa demanda, implementando vários programas de apoio e criando um tipo de economia do bem estar logo após a guerra, à qual o setor produtivo não estava preparado para atender em tamanha quantidade. (STOLPER, 1942)

Mas as principais distorções nas relações de produção e consumo foram causadas diretamente pela inflação. À medida que os preços iam subindo e o salário real caindo, as indústrias começaram a aumentar sua produção para os mercados interno e externo, contratando novos trabalhadores em grandes quantidades e expandindo sua capacidade de produção. Nesse período, o desemprego na Alemanha não chegou a passar de 9%, a não ser no segundo semestre de 1923, quando a inflação era tão intensa que distorceu toda a produção e causou um processo de demissão em massa que atingiu 30% da população alemã.

A demanda também aumentava devido à pressa da população em trocar seu dinheiro - que se desvalorizava a cada minuto - por mercadorias, causando uma grande falta de produtos nas lojas, que, por sua vez, sofriam com a falta de capacidade de produção das indústrias e da agricultura, e com a escassez de produtos importados no país. Isso ajudava ainda mais a inflação a se auto-alimentar.

O “fundo do poço” foi atingido devido à enorme quantidade de papel-moeda que se tornou necessária para comprar pão, por exemplo. Em 1923, a população alemã tinha que usar a mais nova nota de um milhão de marcos para pagar sua passagem de bonde. Esse incômodo em adquirir bens, tendo que se carregar um volume monstruoso de dinheiro no bolso para comprar qualquer coisa, fez com que a circulação da moeda fosse rapidamente caindo e o comércio minguando.

No final de 1923, os comerciantes pararam de abrir as portas, já que era muito melhor garantir os produtos que tinham para o próprio consumo do que vendê-los. Em um episódio famoso em todo mundo, uma senhora alemã, ao invés de comprar lenha para a fogueira, usou seus marcos para fazer o fogo, já que a quantidade de papel era tão grande que compensava muito mais usá-lo como combustível do que trocá-lo por lenha. Saques e revoltas tornaram-se, então, muito comuns tanto na cidade quanto no campo, já que os agricultores também pararam de abastecer o comércio e as indústrias, usando os alimentos como reserva própria.

O quadro a seguir mostra a drástica queda na circulação monetária durante a inflação:

TABELA 4 – CIRCULAÇÃO DA MOEDA (MILHÕES DE MARCOS-OURO)

Período	Circulação Monetária	Período	Circulação Monetária
1913 (Média anual)	6.070	Janeiro 1922	2.723
Janeiro 1920	3.311	Julho 1922	1.730
Julho 1920	7.428	Janeiro 1923	173
Janeiro 1921	5.096	Julho 1923	168
Julho 1921	4.745	Outubro 1923	300

FONTE: STOLPER, 1942, p. 139.

Uma inflação naturalmente deturpa o valor da moeda e acaba com qualquer qualidade da mesma como reserva de valor e meio de troca. Durante a hiperinflação alemã, as pessoas costumavam andar de táxi ao invés de bonde, pois o táxi só era pago no final da corrida e dizia-se que esse meio de transporte acabava saindo efetivamente mais barato. Ter dinheiro no bolso ou em forma de depósito aquela época era praticamente igual a não ter. Portanto, a moeda alemã perdeu rapidamente essa característica natural.

Quando, além dessa qualidade, a moeda perde também sua função como unidade de conta e meio de pagamento, o processo de substituição monetária ocorre; ou seja, o marco, no caso, deixa de ser utilizado, dando lugar à moeda estrangeira líquida por excelência: Na época, o ouro ou o dólar. Como o ouro já era de difícil acesso e distribuição, o dólar acabou virando a moeda do país. Não em sua forma de papel, com os rostos de Lincoln e Washington, mas sendo usada como base para qualquer negociação. (FRANCO, 2006, p. 6)

Já pudemos perceber esse efeito de dolarização com a equalização da evolução da taxa de câmbio com os preços das mercadorias e, também, com a utilização dos salários-ouro ou salários-dólar. O pagamento, na medida do possível, era feito em marcos. A dificuldade estava em transportar caminhões cheios de dinheiro para fazer o pagamento aos trabalhadores. Mesmo com a indexação não havia como utilizar dólar na economia, já que sua presença na Alemanha era extremamente escassa e ninguém estava disposto a se livrar dele.

À medida que a quantidade de papel-moeda necessária para as transações simples do dia a dia e para os pagamentos diários de operários se tornava absurda, pequenos bancos e empresas começaram a emitir uma série de moedas próprias. “A mudança se iniciou nas grandes cidades, que foram as primeiras a ter uma oferta razoável de moedas estrangeiras e nacionais de valor-constante. A partir de dezembro de 1923, a medida se estendeu por todo o país”. (FRANCO, 2006, p. 6)

As novas moedas eram, na verdade, pequenos títulos de dívida emitidos em pequenas quantidades e com pequenos valores para permitir que servissem como unidade de troca e meio de pagamento. Esses títulos eram normalmente atrelados a valores das commodities, oscilando, portanto, de acordo com a cotação diária da commodity correspondente. Ao final do período de um título, este deveria ser trocado pelo valor dos marcos necessários para comprar uma determinada quantidade de centeio, trigo, carvão ou outros. Vale notar que esses títulos não poderiam ser trocados efetivamente pelas commodities.

Os maiores emissores dessas moedas alternativas foram o Roggenrentenbank, que chegou a emitir títulos baseados na cotação do centeio no valor total de US\$ 1.400.000,0; e o Estado da Prússia, com títulos expressos em valores de centeio e potássio, somando o total de US\$ 1.540.000,0. É interessante notar que até mesmo comunidades religiosas como igrejas evangélicas emitiam suas próprias moedas. (DORNBUSCH, 1986)

Essa prática obteve grande aceitação, pois era uma forma de escapar da desvalorização do marco, já que os valores dessas moedas permaneciam praticamente constantes durante o processo inflacionário. Elas ganharam o nome de “*wertbeständiges*” e, por seu relativo sucesso, serviram como exemplo base para o processo de estabilização do marco.

3.2.4 Emprego e salários durante a inflação

Muitos economistas discutem o quão impactante foi a grande diferença entre o aumento dos salários reais e o aumento da produtividade durante a República de Weimar. Knut Borchardt (1991) questiona se realmente essa diferença foi determinante para uma chegada tão rápida da crise na Alemanha e para um processo de demissão em massa tão instantâneo. Já Balderston (1993), afirma que os constantes erros nas decisões políticas e as altas taxas de juros que freavam o

investimento foram os reais culpados pelo tamanho da crise. Abordaremos essa discussão mais à frente. O que nos interessa nesse momento é analisar como se comportava o mercado de trabalho e os salários durante a hiperinflação.

Como vimos, logo após o final da Primeira Guerra o governo lançou diversos programas sociais que fizeram com que o salário real do trabalhador aumentasse consideravelmente. Paralelamente, no entanto, a produtividade das indústrias alemãs era muito baixa devido à obsolescência causada pela guerra e crescia lentamente, não conseguindo acompanhar o brusco aumento dos salários.

Quando a inflação atingiu níveis mais altos, o valor do salário real dos trabalhadores começou a cair drasticamente, o que possibilitou um curto período de crescimento econômico lastreado pelo então maior lucro das empresas. Os créditos inflacionários também ajudaram algumas indústrias a se modernizarem e aumentarem sua produtividade, não dependendo tanto de salários baixos ou de pouca mão-de-obra para obterem algum lucro.

No entanto, isso durou pouco, pois quando a inflação se tornou ainda maior, as indústrias se viram forçadas a ajustar os salários dos trabalhadores para não acabar totalmente com a demanda interna. Os reajustes em valores do marco logo foram inutilizados por sua desvalorização imediata, o que fez com que os salários passassem a ser indexados de acordo com a variação cambial. Eram os salários-ouro.

Sobre o assunto, Franco (1996, p.3), comenta: “A disseminação da indexação salarial na Alemanha ocorreu dentro de um bem estruturado e amplamente aceito sistema de negociação coletiva que alcançava cerca de 14 milhões de trabalhadores, representando 84% da força de trabalho na agricultura, indústria e comércio.”

Quanto aos contratos dos salários, em 1921 eles eram normalmente renegociados a cada um ou três meses. Em 1922, passaram a ser renegociados semanalmente; em 1923, a negociação era feita praticamente todos os dias, em todos os setores da economia. Além disso, quando havia algum atraso no pagamento e o salário desvalorizava, os trabalhadores recebiam auxílio aluguel, alimentação e outras formas de ajuda.

O governo alemão, apesar de ter apoiado essa medida e facilitado as negociações coletivas entre sindicatos e empresários, começou a se irritar com os reajustes diretos de acordo com o câmbio, o que, segundo eles, alimentava a

inflação sem motivo algum. Mas em 1923 a inflação era tão alta que a indexação imediata de acordo com o câmbio virou lei na Alemanha. Nesse período, portanto, o salário real não sofria alteração já que os preços também eram praticamente 100% relacionados com o câmbio.

Ainda sobre o assunto, Dornbusch (1996, p.8) cita Pazos (1978, p.8): “A fixação dos intervalos aos menores níveis possíveis e a vinculação dos ajustamentos salariais, ascendentes ou descendentes, à taxa de câmbio vigente no mercado livre, dotam o processo de hiperinflação de um mecanismo diferente daquele característico de uma inflação intermediária. Os ajustes diários de todos os contratos eliminam qualquer relação entre o valor das transações em sucessivos períodos. ”

Os reajustes não aumentaram diretamente o desemprego. Este só chegou a níveis próximos a 30% em novembro de 1923, último mês de inflação. Já a produtividade média permaneceu estagnada no período, o que seria negativo para o período de recuperação econômica subsequente.

3.30 PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DO MARCO

A discussão teórica sobre as causas da hiperinflação e as formas de cessá-la giravam em torno de duas correntes: a dos defensores ortodoxos da Teoria Quantitativa da Moeda, como Rudolf Hilferding, que viam na emissão de moeda podre a única fonte de combustível para a inflação; e os defensores de uma abordagem “keynesiana” do impacto da taxa de câmbio nos déficits orçamentários que, por sua vez, causariam a aceleração inflacionária.

À medida em que as taxas de inflação se assemelhavam cada vez mais às taxas de depreciação da moeda, a discussão passou a ser mais restrita às possíveis soluções do problema. Dessa forma, a primeira tentativa de estabilização foi feita em março de 1923, tentando controlar a taxa de câmbio através das reservas em ouro do Reich. Estas, porém, foram rapidamente esgotadas e não conseguiram dar suporte ao plano proposto por Hilferding (e defendido por Schacht), de criar um banco central lastreado em ouro, já que as necessidades de dinheiro estável da economia alemã ultrapassavam em muito o valor da oferta real da moeda.

Ficou, pois, comprovado que sem um corte de despesas e um nível mínimo de reservas em moeda estrangeira forte, o governo alemão não teria fôlego para segurar o valor de uma nova moeda durante o processo de estabilização.

Com a formação do governo Streseman, em agosto de 1923, e sua liberdade para formular medidas inconstitucionais, desde que de interesse urgente para a estabilização político-econômica, foi dado o primeiro passo em direção ao objetivo. Em pouquíssimo tempo o governo conseguiu enxugar substancialmente os gastos, suspendendo a resistência passiva do Ruhr, demitindo pessoal, aumentando os impostos e, o mais importante, proibindo o Reichsbank de descontar os títulos inflacionários que o governo emitia. Também regulou e taxou ainda mais a circulação financeira privada.

Alguns autores como Sargent (1982), afirmam que esse saneamento fiscal se caracterizou como o principal componente do programa de estabilização, agindo principalmente na credibilidade dos agentes ao sinalizar que o governo estava disposto a resolver o problema de uma forma definitiva. Já Dornbusch corrobora o argumento sobre a credibilidade, mas não acredita que essas medidas tenham sido suficientes para acabar com o déficit. Este, segundo ele, só foi combatido realmente após a estabilização, sendo o saneamento fiscal uma consequência da moeda estável, o que pode ser percebido na tabela a seguir: (DORNBUSCH, 1986, p. 79)

TABELA 5 – ORÇAMENTO DO REICH: RECEITAS X DESPESAS, 1922-1925 (MILHÕES DE MARCOS-OURO)

	1922	1923	1924	1925
Receitas	3.951	5.278	7.230	7.444
Despesas	1.508	588	7.757	7.334

FONTE: DORNBUSCH, 1986, p. 71.

Não podemos deixar de mencionar que a dívida pública alemã virou uma parcela mínima do que era antes da hiperinflação, já que todos os devedores do período, inclusive o governo, se beneficiaram com o enorme gap entre juros e desvalorização da moeda. Isso também ajudou a melhorar a condição financeira do Reich.

Ainda em agosto de 1923, o governo decidiu lançar um empréstimo de valor constante aproveitando-se da expansão e do sucesso das wertbeständiges, com vistas a obter moeda estrangeira para o futuro plano de estabilização. Isso já havia

sido tentado no começo de 1923, mas fracassara devido aos valores de face muito altos dos títulos, então emitidos, que acabaram não servindo para o propósito de meio de pagamento e de facilitador de transações comerciais. Dessa vez, porém, o governo emitiu esses papéis com valores de face reduzidos, servindo como uma moeda de valor-constante qualquer.

Mas ainda faltava o plano mestre, que substituiria a moeda podre e desvalorizada por uma moeda forte e confiável. Hilferding voltou a defender a criação de um departamento de ouro no Reichsbank e lastreamento de uma nova moeda 100% em ouro. Novamente, porém, os argumentos de falta de ouro e incapacidade de essa pequena quantidade suprir a imensa demanda por moeda acabaram por arquivar o plano do socialista.

Diante das poucas opções ortodoxas para solucionar o problema, o plano do teórico economista Karl Helfferich começou a ganhar notoriedade no governo. Sua proposta inovadora tinha por base, além dos empréstimos de valor-constante, as *wertbestandiges*. Só que, ao contrário destas, a nova moeda não seria conversível, mas seria indexada. O valor-constante, que deveria ser expresso em centeio, serviria apenas como uma forma de garantir o seu valor.

Mas como garantir a confiabilidade dos agentes nessa nova moeda? Para isso,

"propunha-se a criação de um novo banco emissor, cuja subscrição em marcos papel seria compulsória, e imposta a elementos importantes e representativos da sociedade alemã, incluindo grandes grupos econômicos da agricultura, comércio, setor financeiro e indústria. A participação de cada grupo na subscrição foi anunciada como proporcional ao patrimônio de cada um e um título hipotecário tendo por base esse patrimônio serviria como garantia para a nova instituição."

Esses títulos hipotecários (*rentenbriefes*) seriam indexados ao preço do centeio e teriam a missão de garantir o valor dos *roggenmarks*, a nova moeda de valor constante. (FRANCO, 2006, p. 20)

A proposta, apresentada a Streseman, ao ministro de finanças Hans Luther e ao recém designado secretário da moeda Hjalmar Schacht, foi amplamente aceita, só que, ao invés de indexar o valor dos títulos e da moeda ao centeio, seria utilizado o dólar (*rentenmark*).

Para dar mais garantia ao plano, Schacht lançou uma pesada desvalorização relâmpago no já exaurido marco e cortou totalmente as emissões de moeda poucos dias antes do dia D da implementação do *rentenmark*. Isso fez com que o valor total da moeda disponível no Reich caísse abruptamente. Ao mesmo tempo, a demanda aumentou e as taxas de juros elevaram-se ainda mais, em um processo natural. Esse movimento foi fomentado também pela falta de crédito privado, já que o Reichsbank limitou radicalmente esse tipo de empréstimo no mercado. Essa medida foi importante, pois, como explica Keynes, no momento em que o valor da moeda chega no fundo do poço, qualquer reserva em moeda estrangeira será suficiente para garantir a conversibilidade de uma nova. (KEYNES, 1923, p. 14)

Schacht sabia, porém, que essas medidas não seriam suficientes para garantir a estabilidade da nova moeda, que, para isso, deveria ser lançada de maneira vagarosa e em quantidades reduzidas. Definiu-se então que a emissão total de *rentenmarks* se limitaria a 762 milhões de dólares, o que se descobriu posteriormente que significava cerca de 70% da demanda por moeda a preços constantes.

Assim, sob o comando de Schacht, no dia 15 de novembro de 1923, “em um dos episódios mais notáveis na história do dinheiro, a inflação alemã foi eliminada” (GALBRAITH, 1989, p. 440). Cinco dias depois, o governo congelou a taxa de câmbio do *rentenmark* em 4,2 *rentenmark* por dólar e um trilhão de marcos por *rentenmark*, utilizando suas reservas internacionais para garantir o valor da nova moeda.

No mesmo dia, morreu o então presidente do Reichsbank, Havenstein, e os nomes indicados para ocupar o lugar vago eram os de Helfferich e Schacht. O governo era mais favorável ao primeiro, mas com o objetivo de continuar o plano monetário magistralmente implantado por Schacht, foi este o escolhido para o cargo pelo presidente Frederick Ebert.

A escolha de Schacht foi um importante fator para assegurar a perpetuidade da confiança dos agentes da política monetária do Reich. Schacht. Além de ter sido o responsável pelo “milagre”, ele era uma figura de um carisma muito grande, dentro e fora da Alemanha, e sua palavra de que a inflação não voltaria era tida como sacramentada.

Mais do que sua palavra, o agora presidente do Reichsbank manteve, durante o primeiro semestre de 1924 taxas de juros elevadíssimas e um baixo nível de

crédito governamental. Isso, aliado à lenta emissão dos *rentenmark*, garantiu que as reservas alemãs fossem suficientes para superar o período de taxa de câmbio congelada.

A tabela a seguir mostra claramente esses dados sobre as taxas de juros e o sucesso da estabilização do câmbio e preços:

TABELA 6 – TAXA DE JUROS, CÂMBIO (MARCO-DÓLAR) E ÍNDICE DE PREÇOS EM 1924

	Taxa de juros (% ao ano)		Dólar	Preços
	Taxa ao dia (máximo)	Taxa ao mês	(Índice de dezembro de 1923 = 100)	
Janeiro	87,6	28,3	99,6	92,9
Fevereiro	34,9	22,5	104,1	92,5
Março	33,1	30,0	103,2	95,5
Abril	45,9	44,5	103,2	97,3
Maio	27,8	44,3	99,5	95,0

FONTE: DORNBUSCH, 1986, p. 78.

Schacht sabia, porém, que essas taxas de juros exorbitantes não poderiam ser mantidas por muito tempo sem grandes prejuízos dos níveis de produção, crescimento e emprego da economia alemã. Assim, em 11 de outubro de 1924, utilizando-se de mais uma jogada com um certo peso psicológico, a Alemanha lançou o *Reichsmark*, na paridade de 1 para 1 com o *Rentenmark*, com a diferença de que as taxas de juros seriam reduzidas e que o *reichsmark* não seria conversível nos títulos hipotecários. E novamente a introdução da nova moeda deveria ser feita lentamente, em um período de 10 anos. Apenas em agosto de 1926 o Reichsbank abandonou a paridade com o dólar e deixou o câmbio flutuar. (FRANCO, 2006)

Alguns chamaram de milagre ou fábula; outros consideraram o plano do *rentenmark* como uma grande jogada psicológica, um grande truque de expectativas. O que realmente podemos afirmar é que somente a reforma fiscal poderia conquistar a confiança da população na nova moeda, ou seja, o comprometimento do governo em não alimentar mais o processo inflacionário. Isso elevaria a confiança do povo na paridade da nova moeda com o dólar, mesmo não sendo ela conversível em dólar e tendo apenas como garantia os títulos hipotecários do banco emissor. (FRANCO, 2006)

3.4 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA 1924-1929

Entre 1924 e 1929, a Alemanha atravessou um período de estabilidade econômica com relativa prosperidade. Porém, o mundo todo crescia a taxas mais elevadas do que as do começo dos anos 20, principalmente por causa da rápida expansão do mercado de capitais, sendo que a maior parte desta expansão era financiada pelos investimentos dos setores público e privado dos Estados Unidos.

Na Europa, devido à maior segurança dos investidores no país, gerada pelas políticas econômicas conservadoras e pelas taxas de juros muito superiores a de outros países, a Alemanha se destacou como o principal destino do capital internacional. Essa influência de capital (cerca de metade do capital investido em todo o mundo), porém, acabou saindo do controle do Reichsbank e o país começou a acumular uma dívida externa crescente. (HOBBSAWN, 1995, p. 95)

Além disso, o setor produtivo não atingiu a sua capacidade máxima de crescimento, pois a dependência externa garantia a importação de determinados produtos que poderiam ser produzidos internamente. O investimento produtivo era escasso e o desemprego permaneceu em níveis elevados durante o período

Essa política monetária conservadora anti-inflacionária, aliada à atração em demasia de capital externo, principalmente americano, e aos baixos níveis de investimento e emprego acabariam por tornar a crise de 1929 muito mais violenta na Alemanha. Isso devido à fuga abrupta de dinheiro estrangeiro do país e à enorme dívida externa acumulada no período.

3.4.1 Os planos para o pagamento das reparações

Os planos para o pagamento das reparações após a estabilização da moeda alemã foram importantíssimos para o reerguimento, pelo menos temporário, daquela economia. E foram considerados um sucesso. Porém, a questão das reparações permanecia algo muito precário e veremos que ambos os planos formulados no período trouxeram também dificuldades para a Alemanha.

O Plano Dawes: Em novembro de 1923, quando a Alemanha havia acabado de abandonar a resistência passiva do Ruhr, o governo dos Estados Unidos achou oportuno criar uma nova comissão de reparações para definir novos valores, mais realísticos, para o pagamento das dívidas alemãs de guerra. Para que isso fosse

feito de forma a haver menos influências políticas, a comissão foi composta por economistas e estudiosos sem influência no governo, estes liderados pelo General Charles Dawes, que, posteriormente, viria a ser vice-presidente dos EUA.

Em 9 de abril de 1924, a comissão terminou de formular o plano, entrando este em vigor em 1º de setembro, após a imediata aprovação dos países aliados e da Alemanha, que necessitava dessa renegociação para planejar sua política econômica pós estabilização.

Decidiu-se, então, que a Alemanha necessitaria de um tempo para se recuperar das seqüelas da hiperinflação e que os pagamentos teriam um ano de carência e seriam progressivos, começando com 1,2 bilhões de marcos em 1925 até o valor de 2,5 bilhões de marcos em 1928. Porém, não foi fixado um total de reparações a ser pago pelo Reich, ficando este assunto para ser analisado pelos aliados perante a evolução dos pagamentos do plano Dawes pela Alemanha.

Ao mesmo tempo, seria concedido à Alemanha, pelos Bancos Centrais aliados (principalmente o americano) um empréstimo de 800 milhões de marcos com o intuito de ajudar na recuperação do comércio internacional alemão. Desse valor deveriam sair as divisas necessárias para o pagamento das reparações. Stolper (1942) menciona, também, outro pesado empréstimo que deveria ser concedido pelos norte-americanos para a seqüência da reconstrução de regiões da França e da Bélgica. O serviço dessa dívida deveria ser pago pela Alemanha, sendo este creditado em favor do Reich na conta das reparações. Esses empréstimos levaram o nome de Empréstimos Dawes.

Várias garantias alemãs foram exigidas pelos aliados para o pagamento dos valores determinados. A saber: foi criado um novo imposto sobre os transportes, cuja receita deveria ser retida integralmente como reparação; foram emitidos títulos no valor de 16 bilhões de marcos, garantidos por hipotecas de grandes indústrias americanas e por bens governamentais; e o mais importante, o *Reichsbank* deveria ser supervisionado pelos aliados para impedir que a Alemanha voltasse ao ciclo inflacionário. Para tanto, foi criado o cargo de Agente Geral das Reparções junto ao *Reichsbank*, ocupado pelo americano Parker Gilbert, que deveria examinar o rumo dos pagamentos, informando minuciosamente, de tempos em tempos, a situação econômica alemã aos governos aliados.

Com o empréstimo recebido pela Alemanha e a subsequente consolidação da estabilidade econômica no país, este atraiu uma nova enxurrada de capital internacional público e privado.

“Emprestavam dinheiro a firmas alemãs, empresas públicas, estatais, comarcas e cidades da Alemanha. O dinheiro estrangeiro era trocado no Reichsbank por dinheiro alemão, mas aquele formava o fundo do qual as reparações eram transferidas. Assim, os políticos estrangeiros recebiam o dinheiro que os capitalistas estrangeiros haviam emprestado à Alemanha.” (SCHACHT, 1999, p. 296)

Essa grande massa de capital estrangeiro acarretou duas conseqüências diretas à Alemanha: a primeira foi a de que o país começou a acumular uma dívida externa muito grande, já que a balança comercial (economia real) não conseguia acompanhar o desempenho do mercado financeiro. A segunda, como citado por Schacht, foi de que os aliados começaram a perceber que as reparações estavam sendo pagas com o capital dos empréstimos e não através do saldo da balança comercial como propunha o plano Dawes.

Com isso, o governo alemão tentou de diversas formas conter a entrada de empréstimos improdutivos no país, chegando a propor, sem sucesso, que o capital estrangeiro devesse ser aprovado pelo Reichsbank antes de entrar na Alemanha. Com a entrada de capitais saindo fora de controle, a dívida externa disparou e os aliados se viram na necessidade de formular um novo plano, mais eficiente, para o pagamento das reparações.

Plano Young: Para resolver os problemas do Plano Dawes e dar números finais às reparações, foi formada, em fevereiro de 1929, uma nova comissão, desta vez presidida pelo financista americano e diretor da *General Electric Company*, Owen Young.

Uma conferência foi realizada em Paris para decidir o montante total das reparações, o valor das parcelas e a quantidade de anos em que a Alemanha deveria quitar a dívida, que afinal foi definida em 37 bilhões de marcos, muito menos do que o valor decidido em 1921, de 132 bilhões. Os pagamentos anuais começariam em 1,7 bilhões de marcos e aumentariam lentamente, até atingir o ápice de 2,4 bilhões em 1965, reduzindo-se daí por diante até a quantia final de 898 milhões em 1988.

Mesmo com essa grande redução da dívida, Schacht se recusou a assinar o plano que, segundo ele, seria um desastre para seu país que entrava no olho da crise de 29 e que impunha aos alemães pagamentos por um tempo muito longo. Acabou, porém, sendo obrigado a assiná-lo, sob alegação do Presidente de que os aliados prometeram devolver a Renânia ao Reich e ainda retirar todas as formas de controle interno exercidas por eles sobre a economia alemã.

No lugar das agências de controle, por sugestão de Schacht, foi criado o BIS (*Bank of International Settlements*), em moldes keynesianos, que funcionaria como um banco central dos bancos centrais, cuidaria da distribuição das reparações entre os aliados e ajudaria a fomentar o desenvolvimento dos países pobres, com o objetivo de proporcionar importações de alimentos mais baratas para os países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, aumentar a demanda dos países pobres por produtos industrializados.

O Plano Young também solucionou, parcialmente, o problema da dívida externa dos aliados para com os Estados Unidos. Os primeiros declaravam que o pagamento das reparações pela Alemanha já consistiam em quitação de suas dívidas com os norte-americanos. Contrários a esse entendimento, os EUA renegociaram essas dívidas e exigiram pagamentos dos juros aos aliados.

Porém, a crise de 1929 iria desorganizar o mundo de tal forma que essas dívidas acabariam nunca sendo pagas; tampouco as reparações, com a moratória Hoover. Viu-se, assim, concretizada a previsão de Keynes de que, no final, quem pagaria a conta de guerra seriam os americanos.

3.4.2 O processo de racionalização

O crescente fluxo de capitais internacionais que entravam na Alemanha permitiu às suas indústrias o início de um processo que ficou conhecido como racionalização. Esse processo significou a mudança drástica do sistema de produção do país, através da modernização das já exaustas máquinas e equipamentos das principais indústrias alemãs, com base no grandioso modo americano de produzir.

A América foi praticamente redescoberta, só que por uma tropa de empresários alemães atentos e maravilhados com as modernidades do “novo mundo”. E de lá levavam para a Alemanha - além de novas máquinas e

equipamentos largamente financiados pelos americanos - conceitos de linhas de montagem e criação de sistemas de pesquisa e desenvolvimento que foram realmente importantes para o discutido desenvolvimento econômico alemão da época.

Com isso, o país conseguiu rapidamente retomar a hegemonia mundial das suas principais indústrias antes da guerra: química, eletrotécnica e óptica; além de reconstruir sua marinha mercante, que atingiu níveis semelhantes aos de antes da primeira guerra no final de 1928. As únicas indústrias importantes que não conseguiram se recuperar totalmente foram as de minério de ferro e a têxtil, sendo que, em geral, a produção industrial alemã atingiu, assim como a Inglaterra, os níveis de 1913 em meados de 1927. (THALMANN, 1986, p. 53)

Nesse período, várias indústrias públicas passaram para um controle privado parcial. Parcial porque a administração era privada, mas as ações dessas indústrias eram controladas por uma *holding* governamental: a VIAG (*Vereinigte Industrie Aktien-Gesellschaft*)

Juntamente com a prosperidade das indústrias, deu-se o processo de cartelização das mesmas, mascaradamente apoiado pelo governo. A centralização da produção - que já era alta em 1924 devido à inflação - aumentou muito no período pela facilidade de obtenção de créditos externos, facilidade essa ainda nas empresas já grandes. O governo alemão, sofrendo ataques contrários àquele processo, criou o Tribunal dos Cartéis, para analisar os casos prejudiciais à economia alemã. Esse tribunal, porém, este raramente decidia contra algum cartel consolidado, já que na Alemanha os cartéis eram permitidos por lei e os grandes industriais eram peça importante no controle político. A indústria cartelizada na economia alemã chegou a significar 84% do seu capital industrial em 1929. (STOLPER, 1942)

Outro setor que floresceu rapidamente e ultrapassou em muito os níveis pré-guerra foi o da construção civil. Impulsionadas pela grande demanda por residências e infra-estrutura, as cidades aproveitaram o crédito "infinito" do mercado externo para praticamente se reconstruírem. Obras monumentais e de arquitetura inovadora foram concebidas, como estações de trem, complexos comerciais monstruosos, estádios, piscinas e ginásios públicos, além de mansões para os novos ricos da inflação e prédios residenciais luxuosos para a classe mais abastada.

Já a agricultura, apesar de ter se livrado de boa parte de suas dívidas com o processo inflacionário e ter recebido grande ajuda do governo nesse período, não conseguiu se recuperar adequadamente. Os preços decrescentes dos insumos no mundo e o gap entre os preços agrícolas e industriais mantiveram a taxa de lucro dos agricultores muito baixa; e as dívidas, crescentes. Essas dívidas chegariam a 12 bilhões de reichsmarks em 1932. Além disso, o governo tentou iniciar um processo de reforma agrária, para reestruturar a agricultura do país. Mas essa iniciativa foi altamente criticada pelos landers (grandes proprietários de terra do tempo feudal). (THALMANN, 1986, p. 52)

Apesar do bom desempenho do setor exportador nesse período, com um crescimento de 40% nas exportações de 1929 em relação a 1913, a balança comercial alemã foi em seis anos de recuperação, deficitária em 1,5 bilhões de reichsmarks, em média. Com exceção dos anos de 1926 e 1929, quando as boas safras deram um desempenho muito acima da média para o setor agrícola, a Alemanha se viu obrigada a importar uma grande quantidade de alimentos. As exportações, que eram responsáveis por 22% da renda total da Alemanha, chegaram no máximo a 16% em 1929. (THALMANN, 1986, p. 53)

O efeito de uma moeda estável e valorizada internacionalmente poderia ter ajudado a diminuir os custos de importação, mas houve o efeito contrário. A grande facilidade de comprar no exterior permitiu a entrada de produtos diversos, prejudicando empresas nacionais e deteriorando a balança comercial. As exportações também foram prejudicadas. Assim como na Inglaterra, o desempenho exportador poderia ter sido muito melhor se o câmbio fosse um pouco mais alto na Alemanha.

Esses déficits, se somados aos pagamentos de reparações, significavam um pouco mais da metade do total de capital externo que entrou no país. Foram 30 bilhões de reichsmarks fluindo no Reich nesses seis anos, contra uma soma de aproximadamente 17 bilhões com reparações e déficits comerciais. Isso, obviamente, teve suas conseqüências: a dependência externa e o endividamento crescente. (STOLPER, 1942, p. 161)

3.4.3 Salários Reais, produtividade e desemprego

Há muita discussão sobre as causas do desemprego crescente na Alemanha nesse período de recuperação e sua explosão com a crise de 1929. Knut Borchardt (1991) afirma que o problema do desemprego estava na existência de um gap entre o crescimento dos salários reais e a produtividade do trabalho. Já outros, como Balderston (2002), atentam para o efeito, na economia Alemã, da fraca demanda interna por produtos sobre a demanda por trabalho. (DIMSDALE, 2004, p. 4)

Começemos, então, pelo lado da oferta (*supply side*). Após a primeira guerra, como vimos, o governo garantiu aos trabalhadores várias formas de proteção e benefícios, como planos de saúde e seguros desemprego. Esses encargos sociais aumentaram ainda mais nos anos seguintes à estabilização do marco. Como os sindicatos foram se dissolvendo, cada vez mais patrões e funcionários recorriam ao governo para arbitrar causas envolvendo salários, cujas decisões favoreciam, na maioria das vezes, os trabalhadores. A principal decisão foi o aumento considerável do salário mínimo.

O governo, com isso, tentava garantir uma melhor condição de vida aos trabalhadores, compensando a pobreza trazida pela hiperinflação e o aumento da jornada de trabalho imposta em 1924 pelo novo chanceler Marx. Thalmann (1986), afirma que esse aumento teria sido de 48 horas semanais para 54. Porém, dados empíricos de Bry (1960) mostram que, em média, a jornada de trabalho nesse período foi de 49 horas semanais, embora alguns trabalhadores acabassem cumprindo mais horas, devido ao início do processo de diferenciação por produtividade. Esse processo, largamente utilizado na recuperação nazista dos anos 30, prejudicava aqueles que tinham índices menores de produção por hora, obrigando-os a trabalhar mais para compensar a deficiência produtiva.

Já as empresas, apesar de sua crescente produtividade com o processo de racionalização, não viam muito interesse em expandir sua produção já que os lucros eram escassos no período devido aos elevados salários. Por outro lado, os juros altos (média de 10% ao ano nos 6 anos de recuperação) desencorajavam os planos de investimento privados. Mas isso poderia ser contornado pelo aumento da produtividade, se ela não tivesse crescido a taxas inferiores às dos salários reais. (THALMANN, 1986, p. 53)

Além do apoio governamental em favor do aumento dos salários nominais, os trabalhadores tinham a vantagem de preços estáveis e controlados pela política anti-inflacionária do governo. Tinham também acesso a uma diversidade enorme de produtos importados muito baratos devido ao câmbio sobrevalorizado artificialmente.

Dessa forma, os produtores enfrentavam a concorrência externa direta e não tinham capacidade para aumentar seus preços, enquanto viam seu mercado interno já pequeno se tornar ainda menor. Analisando os dados de Bry (1960), percebemos um aumento de 43% na produtividade da indústria de 1924-1929. Porém, no mesmo período, os salários nominais praticamente dobraram, enquanto que os salários reais cresceram cerca de 58%. Estes, em proporção à renda nacional passaram de 70% em 1913 para 86% em 1929. Essa diferença, segundo Borchardt (1991), é a principal causa do desemprego maciço que se instalou na Alemanha de 1924 a 1933. (OVERY, 1996, p. 9)

Analisemos agora o lado da demanda. Com salários reais altos, o normal em uma economia é que a demanda seja aquecida rapidamente pelo aumento da renda da população. Isso, porém, não ocorreu na Alemanha. A renda per capita da população do Reich só conseguiu atingir os níveis de antes da guerra no final de 1928. E, ainda assim, na mesma época, as rendas per capita inglesa e americana eram 15% e 60% maiores, respectivamente. Isso se deve ao desemprego constante e a alta concentração de renda no período inflacionário. (BRY, 1960)

Mesmo aqueles que estavam empregados e ganhando relativamente bem, não tinham nenhum estímulo para consumir além do necessário, já que as altas taxas de juros tornavam os investimentos financeiros e a poupança muito mais atraentes do que o consumo. Assim, o alto desemprego, com altas taxas de juros, freavam o consumo, causando pressão ainda maior nos níveis de emprego.

Para resolver esse impasse teórico, os economistas N. Dimsdale, de Oxford; N. Horsewood, da universidade de Birmingham; e A. van Riel do instituto de economia de Rotterdam desenvolveram, em janeiro de 2004, um modelo econométrico que analisava os efeitos sobre o desemprego pelos lados da oferta e demanda da economia alemã.

O resultado foi o esperado teoricamente pelos autores. Apesar de uma pequena vantagem das variáveis do lado da oferta para explicar o desemprego, as duas correntes de pensamento foram provadas empiricamente corretas e o desemprego foi caracterizado como um efeito dessas duas linhas de pensamento.

Estando o modelo certo ou não o fato é que o desemprego na Alemanha no período foi algo de grandes proporções, tendo sido talvez o fator de maior peso para que a crise de 1929 viesse a ser muito mais violenta na Alemanha do que em outros grandes países da Europa. O desemprego, que era de 2,5 milhões em 1924, subiu para 3 milhões no final de 1929, representando cerca de 28% da força de trabalho alemã. (BRY, 1960)

3.5A GRANDE DEPRESSÃO NA ALEMANHA

A crise financeira gerada pelo crash da bolsa de New York atingiu a Alemanha de forma muito mais pesada que em outros países. O rápido sumiço de enormes quantias de capital externo acertou em cheio a frágil economia alemã altamente dependente do crédito internacional e moldada pelas políticas conservadoras da segunda metade da década de 20.

Muitos autores argumentam que uma crise na economia alemã seria inevitável mesmo sem uma crise mundial declarada, devido ao grande endividamento do Reich e ao fraco desempenho da demanda interna do país. Como argumenta Overly (1996), isso provavelmente teria ocorrido, mas, com o advento da depressão, os problemas econômicos internos funcionaram mais como uma barreira para qualquer política econômica de retomada de crescimento do que como uma causa direta para a depressão.

TABELA 7 – MOVIMENTOS DE CAPITAL NA ALEMANHA 1927-32 (MILHÕES DE REICHSMARKS)

	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Empréstimos de longo prazo	1703	1788	660	967	126	-36
Empréstimos de curto prazo	1779	1335	765	117	477	-763
Outros movimentos de capital	310	1000	879	-594	-3496	286

FONTE: OVERLY, 1996, p. 12.

A tabela mostra o fim abrupto do paraíso dos empréstimos em que habitava a economia alemã no nascimento da crise. Nota-se que, em 1931, a quantidade de capital que saía da Alemanha passou a ser maior do que aquele que influía. O

movimento foi tão rápido que já em 1930 Schacht propôs uma moratória dos pagamentos das dívidas, visando salvar as reservas do Reich para uma eventual política de investimentos do governo em prol da recuperação econômica. A proposta foi negada pelo presidente Hindenburg, só vindo a moratória a ocorrer em julho de 1931, tarde demais para salvar as reservas. Foram então cancelados os pagamentos de cerca de 10 bilhões de Reichsmarks em dívidas alemãs de curto prazo.

A falta de financiamento e investimentos deflagrou de vez a crise agrária na Alemanha, cuja dívida chegou a um valor de 12 bilhões em 1932, levando à falência muitos grandes proprietários de terra, que tiveram de se conformar em ver o governo tomar conta de seus hectares. Essa dívida já era financiada pelo governo junto aos bancos. Apesar do tímido movimento de reforma agrária iniciado pelo governo em 1925, o presidente Hindenburg apoiava os Landers (e vice-versa) e praticamente pagava pelos contínuos prejuízos dessa classe.

A crise agrícola se juntou à saída de capitais caracterizando o quadro perfeito para a quebra dos bancos alemães. A estrutura bancária no país, em 1929, era o cenário perfeito para a instalação de uma crise pesada: os bancos comerciais atuavam também na área de investimentos, muito mais suscetível a desequilíbrios financeiros externos; e durante o período de inflação as instituições financeiras ficaram praticamente sem reservas, não conseguindo se recuperar o suficiente durante a segunda metade dos anos 20. Devido a esse fato, os bancos alemães tentaram de todas as formas recuperar seu antigo patrimônio líquido investindo em áreas de alto risco, como financiamentos agrícolas e capitais de curto-prazo.

Stolper (1942) afirma que apenas 5% dos depósitos bancários estavam cobertos no sistema bancário alemão. Ora, como vimos na tabela anterior, a retirada de capitais foi totalmente fatal. Só era necessária a primeira fagulha para que os credores corressem para o caixa e retirassem suas economias.

Essa fagulha foi concebida com a quebra do principal banco austríaco, o Creditanstalt, e a conseqüente quebra de todo o sistema bancário daquele país. Logo os bancos alemães seguiram o mesmo caminho e acabaram por ser “absorvidos” pela máquina governamental que tentava garantir os investimentos financeiros do setor industrial para não propagar ainda mais a crise para o setor produtivo. Isso foi feito até com algum sucesso, contando mais uma vez com a astúcia de Schacht.

Porém, o setor industrial tinha mais coisas com as quais se preocupar. Com a mesma velocidade que os capitais internacionais saíam dos países, os governos se fechavam, impondo tarifas e barreiras para proteger suas indústrias do processo de desvalorização mundial das moedas que ocorreu. Moedas como o Franco e a Libra tiveram desvalorizações pesadas, não combatidas pelos governos, que esperavam um efeito benéfico sobre as exportações. A Alemanha foi o único país a ter reação diferente.

Na realidade, mesmo com políticas cambiais de desvalorização, os outros grandes europeus tampouco escaparam de uma redução drástica de seu comércio internacional. Com a Alemanha, porém, foi pior.

A primeira idéia do governo foi a de seguir o exemplo dos vizinhos continentais e desvalorizar a moeda. No entanto, essa idéia foi recebida rispidamente pelos políticos de oposição e pela população em geral. A memória da hiperinflação ainda estava muito viva na memória do povo alemão. “Nada poderia ser pior do que aquilo”, eles pensavam.

Também as políticas de gastos públicos, devido à pressão política, ficaram fora de cogitação, mesmo com a redução substancial dos débitos governamentais com a moratória Hoover, de junho de 1921, que suspendeu os pagamentos de reparações e as dívidas internacionais inter-aliados. Assim, a única saída para o chanceler Brüning era a do processo deflacionário. Dessa forma, pensava ele, poderia, abaixando os preços, aumentar a demanda interna, competir internacionalmente e reativar os investimentos privados.

Ficou, todavia, provado que isso não passava de um sonho. Primeiro, porque as desvalorizações dos países rivais eram tão constantes, que o governo alemão simplesmente não tinha como competir com esse fator através da redução dos preços internos. Segundo, porque, mesmo com uma pequena melhora na demanda interna, ainda não havia incentivos suficientes para que o investimento privado florescesse, pois as taxas de juros, apesar da redução, continuavam altas para tentar manter alguns resquícios de investimento externo no país; e havia uma enorme capacidade ociosa criada na década anterior e alavancada pela crise eminente.

Assim, como as indústrias continuaram sem crédito, sem competitividade externa e sem mercado interno, a política deflacionária acabou causando um ainda maior aprofundamento da crise, diretamente sobre o aumento do desemprego e a

diminuição da renda per capita do povo alemão. Muito mais do que isso, o processo de deflação acabou jogando tanto a classe trabalhadora, como a industrial contra o governo; ou, reformulando, a favor de partidos radicais como o nazista, ocasionando a demissão de Brüning e a escolha de Adolf Hitler para a chancelaria.

O curioso é que, logo depois da demissão de Brüning - que não havia feito nada mais do que esperar por um milagre nos seus últimos três meses de governo - a situação começou a apresentar melhoras. Principalmente pela conferência de Lausanne, em junho de 1932, que ratificou a moratória Hoover, cancelando todos os débitos de guerra dos países vencidos. Políticas de investimentos públicos começaram, também, a ser aplicadas com mais recursos, melhorando um pouco a situação econômica do país.

Para finalizar, índices importantes da crise podem ser observados no seguinte quadro:

TABELA 8 – A ECONOMIA ALEMÃ DURANTE A DEPRESSÃO 1928-32

			1928	1929	1930	1931	1932
Produto Nacional Bruto (bn.RM)			89.5	89.7	83.9	70.4	57.6
Renda Nacional Líquida (bn.RM)			75.4	76.0	70.2	57.5	45.2
Produção Industrial (1928=100)			100.0	100.1	87.0	70.1	58.0
Exportações (bn.RM)			12.3	13.5	12.0	9.6	5.7
Importações (bn.RM)			14.0	13.5	10.4	6.7	4.7
Desemprego (m.RM)			1.4	1.8	3.1	4.5	5.6

FONTE: OVERY, 1996, p. 14.

4.00 TERCEIRO REICH

O Terceiro Reich, como foi chamado o governo nazista, foi responsável por uma rápida recuperação econômica na Alemanha. O país partiu de um nível de desemprego de seis milhões de pessoas para uma situação de quase pleno emprego em menos de cinco anos. A máquina industrial de bens de produção se desenvolveu rapidamente e atingiu níveis de produto muito maiores que os níveis anteriores à crise de 1929.

Organizada e posta em prática pelo então ministro da economia Hjalmar Schacht, a política econômica de Hitler baseada em grande controle do governo sobre todos os setores da economia teve o impacto desejado e transformou rapidamente a Alemanha na maior potência européia.

Muitos economistas da época afirmaram que Hitler foi um keynesianista antes de Keynes, devido às suas políticas de gastos públicos. Na verdade, a recuperação econômica alemã não possuiu outras semelhanças com as idéias de Keynes além dos pesados gastos públicos. Outras políticas para enfrentar a crise de 1929, como o new deal do presidente americano Roosevelt, foram muito mais próximas do keynesianismo, já que estimularam o consumo interno, o que não foi o caso alemão, por uma série de motivos que veremos a seguir. (Overy, 1996)

Infelizmente, o progresso e poderio industrial alcançados pelo Reich acabaram alimentando a máquina de guerra alemã e possibilitaram o início da maior carnificina da história da humanidade: a Segunda Guerra Mundial.

Deixando de lado o mérito dos horrores promovidos pela Alemanha nazista ao mundo, nosso objetivo, aqui, é entender como uma economia falida, endividada, com baixos níveis de produção e emprego conseguiu se recuperar de forma tão brilhante e imediata, durante um período de escasso comércio internacional e crédito externo. Para isso, será analisado, primeiramente, o contexto político, seguido da característica de forte intervenção do governo na economia capitalista alemã, dos planos econômicos para recuperação e da situação dos trabalhadores durante o Terceiro Reich.

4.1 A ASCENÇÃO NAZISTA

Como fizemos no estudo da República de Weimar, é válido caracterizar o cenário político da Alemanha quando da ascensão de Hitler ao poder. Fato que está estritamente ligado às consequências das políticas ineficazes do governo alemão durante a crise.

O mundo político gira em torno das vontades de trabalhadores, industriais, barões da agricultura, comerciantes. Ou seja, todos esperam obter algum benefício para si mesmos advindo do governo. E cabe a este deixar todos os grupos ao menos conformados com a situação atual do país, controlando qualquer insatisfação que ocorra nessas áreas de influência. (GALBRAITH, 1988)

Na Alemanha, durante a crise, absolutamente todos os setores da economia estavam inconformados e revoltados com o rumo da política econômica do governo do presidente Hindenburg e de seu chanceler Brüning.

A indústria não tinha mercado, pois não havia demanda interna; e a moeda se mantinha sobrevalorizada em comparação com seus concorrentes, impossibilitando quantidades significativas de exportação; a agricultura, falida, se via então cada vez mais sob o controle do governo, continuando ineficiente e pobre; Os trabalhadores não tinham emprego e muitos não tinham renda, já que o seguro desemprego não conseguia cobrir a maioria dos milhões de desempregados da época; Sem indústria e consumo, não havia comércio que conseguisse sobreviver. (Overy, 1996)

O início da queda do regime republicano data do período da morte de Stresemann (3 de outubro de 1929), que coincide com a quebra da bolsa de New York, em 25 de outubro. Essa foi a época das discussões sobre o novo plano de reparações, o Plano Young, que, aprovado, obrigava a Alemanha a ter de pagar reparações durante um período absurdo de 60 anos. Foi também quando começaram a surgir os movimentos nacionalistas de esquerda, os chamados comunistas, e os de direita, os nazistas, que começaram a “roubar” as cadeiras dos partidos da coalisão de centro burguesa, os partidos de Weimar.

O então presidente Hindenburg nomeou Heinrich Brüning, do partido Zentrum, para a chancelaria. Este último, porém, não conseguiu obter a maioria do Reichstag durante a sessão que deveria aprovar os planos de contenção da crise e gastos orçamentais do governo. Assim, foi obrigado a dissolver o parlamento e convocar novas eleições, o que irritou a população e aumentou sua desconfiança.

Nas novas eleições, a ascensão nazista aumentou e o chanceler se viu obrigado a governar sob uma fraca coalisão. Seu governo era apenas "aturado" por partidos de oposição, que estavam mais preocupados em combater os partidos mais radicais. Dessa forma, acabou sofrendo várias novas derrotas, com menos de 20% de apoio no parlamento, e resolve apelar para as cláusulas obscuras e ambíguas da constituição de Weimar, fazendo um acordo com o Presidente para que pudesse efetuar suas manobras através de decretos presidenciais. Era o início do fim da democracia alemã.

Em dezembro de 1931, quando o nível de desempregados chegou a 5.750.000, os partidos de direita, que antes aturavam o governo, pediram que este fosse dissolvido, já prontos para assumir o poder. Porém, uma série de acordos e o comprometimento do chanceler em seguir uma forma mais direitista de governar acalmaram os ânimos e Brüning conseguiu se manter-se no poder por uma margem de 25 votos.

É interessante notar que o partido nazista poderia ter sido extinto com certa facilidade, devido aos vários distúrbios promovidos por eles e pelas investigações que levaram à revelação de um plano nazista para tomar o poder: o documento Boxheim. Mas absolutamente nada foi feito contra Hitler e seus comparsas, que continuaram utilizando-se de propaganda pesada para aumentar o número de afiliados ao partido. Número esse que chegou a 700.000 em dezembro de 1931. (THALMANN, 1988, p. 105)

Em março de 1932 acabava o mandato presidencial, esquentando assim o clima para novas eleições. Tentando evitar a tomada de poder pelos extremistas, os partidos de centro e de direita se uniram novamente para reeleger Hindenburg. A proposta deu certo e ele ganhou com 52,93% dos votos, contra 36,68% de Hitler. (THALMANN, 1988, p. 106)

Logo depois, se extinguiu a paciência do Reichstag com a política deflacionária de Brüning e este, sem apoio algum, foi obrigado a renunciar. Hindenburg indicou Franz Von Papen para a chancelaria provisória e organizar novas eleições.

Nas novas eleições para o Reichstag, em julho, o partido nazista apareceu, pela primeira vez, com uma maioria pequena no parlamento. Enquanto isso Von Papen tentava assegurar a sua permanência definitiva na chancelaria, mas acabou

levando uma surra memorável em um Reichstag totalmente influenciado pelos discursos inflamados de seu presidente, Hermann Goering, do partido nazista.

Hindenburg usou, então, seu poder presidencial para nomear o general Von Schleicher temporariamente na chancelaria, mas começou negociações com Hitler sobre este assumir o posto, porém sem o poder de governar por decretos-lei. Hitler recusou a oferta declarando-a inconstitucional, pois o período era de extrema crise.

Vale notar que, com a recusa de Hitler, vários nomes importantes do partido nazista migraram para o partido comunista desiludidos com a perda de oportunidade do poder. Porém, a tentativa aberta de Schleicher em construir um governo militar baseado na era guilhermina estourou um apoio maciço da população e industriais em favor de Hitler.

Assim, Hindenburg pediu a demissão de Schleicher e, “no dia 30 (de janeiro de 1933), o Führer, chanceler do Reich, presta juramento de fidelidade à República que nunca deixou de combater e irá prontamente liquidar.” (THALMANN, 1988, p. 111)

Para consumir seu poder, Hitler pediu a aprovação de Hindenburg para novas eleições no parlamento. Os nazistas, então, atearam fogo no Reichstag e culparam seus principais rivais nas eleições: os comunistas. Dessa forma, foram efetuadas as prisões da maioria dos líderes e candidatos do partido de esquerda, abrindo caminho para a formação de um Reichstag composto por quase metade de nazistas.

Hitler, com esse apoio maciço do parlamento, invocou poderes de emergência, proposta que foi amplamente aprovada pelo Reichstag, com exceção dos votos dos sociais democratas. No dia seguinte, estes também seriam presos pelo partido nazista sob a acusação de conspiração comunista e seriam criados os primeiros campos de concentração.

O ápice da glória nazista foi presenciar os estudantes da Universidade de Berlim - inflamados por Joseph Goebbels, ministro de propaganda nazista, queimarem mais de 20.000 livros de autores como Sigmund Freud, H. G. Wells, Emile Zola e Erich Remarque. Goebbels, então, discursou para a multidão: (vale citar o original) “these flames not only illuminate the final end of an old era; they also light up the new.” (SHIRER, 1960, p. 214)

Alguns sociais democratas remanescentes ainda invocam um plebiscito para tentar cancelar os poderes de Hitler. Tarde demais. O povo já vibrava com as

palavras confiantes e com a propaganda de “pão e trabalho” do partido nazista. O plebiscito acabou com uma votação de 92% aprovando o governo nazista e com a escolha dos seus ministros, todos aliados de Hitler.

O poder de Hitler tornou-se completo através da unificação dos cargos de chanceler e Presidente após a morte de Hindenburg, em agosto de 1934. A partir daquele momento o governo de Hitler foi raramente questionado, já que os corajosos o suficiente para fazê-lo, normalmente acabavam em campos de concentração ou mortos.

4.2A RÁPIDA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Podemos dividir os objetivos nazistas em dois períodos distintos. De 1933 a 1936, os movimentos do governo foram claramente voltados para garantir o slogan da campanha nazista: “pão e trabalho para todos”, reconstruir o setor produtivo do país e consolidar o controle do governo sobre toda a máquina econômica do Reich.

A partir do final de 1936, a Alemanha, já recuperada da crise e crescendo a taxas superiores à média mundial, partiu para uma economia de guerra de forma mais aberta e pesada, canalizando a maioria dos investimentos para o setor armamentício e utilizando os recursos para garantir a independência de matérias primas essenciais em relação ao resto do mundo.

Existe uma grande interdependência entre as políticas voltadas para a recuperação econômica e o objetivo inicial dos nazistas de conquistar seu *Lebensraum* (espaço vital). Os grandes investimentos na indústria de bens de produção e de consumo duráveis podem ser vistos como preparativos para a construção da máquina de guerra, mas são inegavelmente o motor principal da recuperação econômica.

Na verdade, os nazistas tinham consciência de que a recuperação era condição indispensável para a realização de planos mais ousados. Assim, tiveram o êxito de se cercarem dos nomes mais competentes da época em todos os setores, inclusive nomeando Hjalmar Schacht, o mestre da estabilização econômica de Weimar, ministro da Economia do Terceiro Reich.

Hitler parecia encantado com sua posição de regente do florescimento do grande império alemão pelas mãos de seus fiéis seguidores, e até 1937, deu pouca atenção às preocupações de Goering com os planos de rearmamento e conquista

da Europa. Porém, quando a hora chegou, ele não hesitou em trocar toda a prosperidade pelos planos rígidos de fomento à indústria de guerra, freando o crescimento econômico.

4.2.1 Governo e economia

Não há dúvidas de que os investimentos do governo desempenharam o papel principal na recuperação econômica e na obtenção do pleno emprego. Esses investimentos não eram diretos em sua totalidade. Muitos se caracterizavam na forma de incentivos fiscais e subsídios, principalmente àquelas empresas que empregavam mais trabalhadores.

Ao contrário do que a política keynesiana preconiza, esses investimentos não foram voltados para o crescimento guiado pelo rápido aumento da demanda interna por bens de consumo; muito pelo contrário. O governo não tinha nenhum interesse em que a demanda interna crescesse mais do que o estritamente necessário para garantir a atividade produtiva de indústrias de bens de consumo.

A causa disso era a necessidade de se controlar o valor da moeda alemã, coisa que se tornaria praticamente impossível em um quadro de aumento crescente de preços, em razão do baixíssimo nível de reservas que o país enfrentou na década. O marco valorizado era imprescindível para o objetivo do governo de garantir no exterior os insumos básicos para as indústrias de bens de produção e alimentos para a população.

As altas taxas de juros mantidas no período ajudavam, também, a canalizar o dinheiro em circulação para a poupança, ao invés do consumo. Com essa poupança, que aumentou em 6,9 bilhões de marcos de 1933 a 1936, o governo tinha mais recursos para colocar em prática seus programas de investimentos nos setores desejados.

Enquanto os nazistas ainda não tinham sua máquina de controle econômico totalmente pronta, a recuperação se iniciou em 1933, com estímulos governamentais de redução de impostos e, em alguns casos, de reembolso de impostos anteriores; de aumento artificial dos preços para encorajar os industriais à beira da falência a continuarem produzindo, e congelamento dos salários. Vale notar que a Alemanha tinha chegado ao fundo do poço em 1933, com o desemprego de seis milhões de pessoas e uma produção industrial 50% menor do que em 1928, em média. Esse

fato ajudou a economia a se recuperar, pois os custos de produção haviam atingido níveis ínfimos, depreciados ainda mais pela política deflacionária de 1932. (Overy, 1996, p. 29)

Mas, ainda segundo Overy (1996), essa breve recuperação provavelmente seria interrompida sem uma pesada atuação do governo, pois não havia nenhum incentivo ao investimento privado, já que a instabilidade econômica era ainda muito grande e existia uma enorme capacidade ociosa, construída no final dos anos 20 e agora aumentada pela depressão.

O primeiro setor que foi altamente ajudado pelo Estado e que obteve rapidamente um crescimento sólido foi o da construção civil, com a implementação de um programa de incentivos e de impostos zero para reformas ou construção de novas casas. Isso serviu como uma boa ajuda às pequenas firmas, tão prejudicadas com a crise, já que elas dominavam esse setor. O governo disponibilizava, também, um empréstimo de 1.000 reichsmarks, sem juros, para reformas das casas e compras de materiais domésticos, como fogões e geladeiras, aquecendo a demanda por bens de consumo duráveis.

A construção de estradas modernas (*autobahns*), ferrovias, monumentos e prédios gigantescos foi a atividade que absorveu de forma mais rápida e volumosa a grande massa de desempregados.

A partir de 1934, os gastos do governo através de investimentos foram crescentes. Porém, ao invés de apenas uma pequena intervenção para reacender a economia, como pregava Keynes, o governo continuou a intervir de forma cada vez mais controladora. A tabela a seguir mostra as despesas do governo no período estudado:

TABELA 9 – GASTOS DO GOVERNO 1928-38 (BILHÕES DE REICHSMARKS)

	1928	1929	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Gastos Totais	11.7	12.4	8.6	9.4	12.8	13.9	15.8	19.3	29.3
Gastos (% do PNB)	14.8	15.7	17.9	18.9	22.9	22.0	22.5	24.5	33.5

FONTE: OVERY, 1996, p. 39.

Pode-se notar o grande aumento dos gastos no período, particularmente nos últimos dois anos da análise, quando a política de rearmamento se tornou o principal foco do governo.

O controle governamental sobre as indústrias se dava na forma das Ueberwachungsstellen (Oficinas de Controle), que supervisionavam, dentre outras coisas, as instruções técnicas para a utilização de materiais novos, os níveis de preço e de salários e a estrutura administrativa das indústrias. Até mesmo indicavam, em alguns casos, planos para contenção de ataques aéreos. Elas funcionavam como agências reguladoras que intervinham no aspecto econômico das empresas.

Vale notar que, com exceção das propriedades de judeus e de indivíduos que atuavam contra o partido, pouquíssimas indústrias foram, de fato, nacionalizadas. Mas o controle era tão grande sobre seus lucros, que elas tinham muito pouca independência do Estado. O governo obrigava as indústrias a reinvestirem seu capital nas áreas de sua própria preferência e a não distribuírem seus lucros. As empresas que seguiam essas recomendações tinham uma margem de lucro alta para o período. Com isso, o processo de cartelização da indústria, que já vinha crescendo durante o período de Weimar, alcançou níveis quase que completos. A existência de poucas indústrias grandes nos setores ajudava o governo a controlar seus preços, custos e lucros de maneira mais eficiente.

Dessa forma, os investimentos que não eram feitos diretamente pelo governo eram totalmente controlados por este e direcionados para as indústrias de base que garantiriam a auto-suficiência da economia de guerra que começou a ser implementada em 1937. As indústrias beneficiadas que não estavam diretamente ligadas ao rearmamento ou ao provimento de matérias-primas essenciais eram de bens de consumo duráveis de alta tecnologia, como a automobilística. Estas, por sua vez, tinham produtividade acima da média e eram responsáveis por inovações tecnológicas que poderiam ser usadas para aprimorar armamentos. O gráfico a seguir mostra a evolução das indústrias que mais receberam fomento do governo para expansão de produção:

TABELA 10 – ÍNDICE DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS DA ALEMANHA 1928-38 (1928=100)

	1932	1933	1935	1938
Minério de Ferro	33.3	44.5	108.8	154.3
Aço	39.3	52.2	112.6	162.2
Automóveis	22.9	40.7	121.7	200.7

Motores e autopeças	28.6	59.7	136.1	200.7
Energia Elétrica	76.5	83.7	116.3	175.9
Maquinaria	32.8	39.1	111.8	166.7

FONTE: OVERY, 1996, p. 53

O que se criou, na verdade, foi uma rede interdependente de produtos finais de alto valor agregado e insumos, como a existente na indústria automobilística, onde a produção de automóveis permite a criação de indústrias fornecedoras de peças, que por sua vez aumentam consideravelmente a demanda por insumos pesados como aço, ferro e energia.

A agricultura também foi alvo de grandes investimentos governamentais no período, de forma mais direta que na indústria devido ao endividamento e a pobreza dos produtores. Esse setor era considerado pelos nazistas como indispensável para a auto-suficiência desejada, já que a maior parte dos produtos agrícolas tinha que ser importada pela Alemanha.

Como primeira medida, houve um tipo de cartelização na produção: uma união dos grandes proprietários de cada produto, promovida pelo governo, para maior controle de preços. Foi criado então o *Reichsnährstand* (Patrimônio Alimentício do Reich), com o objetivo de assegurar o suprimento e a distribuição, com preços favoráveis aos produtores, de todos os tipos de produtos agrícolas, principalmente os utilizados como insumos pelas indústrias mais favorecidas.

Em sequência, foram renegociadas as dívidas, com uma redução pesada de juros e impostos, com novos créditos e investimentos diretos do estado para a modernização da produção e o aumento da produtividade. O governo garantia, também, preços bastante baixos de fertilizantes, equipamentos e outros fatores de produção agrícola, tudo para garantir o renascimento do setor e atingir a auto-suficiência.

Em termos de renda dos produtores, o programa deu muito certo. As rendas na agricultura cresceram cerca de 17% em 1933 e 16% em 1934, enquanto que, no geral, a renda na economia cresceu cerca de 6% e 12% nos mesmos períodos.

A produção, porém, não respondeu da maneira que o governo imaginou e a Alemanha se viu muito mais dependente de outros países do que esperava estar no final dos anos 30, tendo inclusive que antecipar os seus planos de invasão para

garantir uma maior quantidade de alimentos. O gráfico a seguir mostra a evolução da produção dos principais produtos agrícolas:

TABELA 11 – ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA ALEMANHA, 1933-38 (1933=100)

	1936	1937	1938
Trigo	78,4	79,3	95,4
Centeio	84,6	79,2	96,9
Aveia	80,8	85,1	90,2
Cevada	98,0	104,9	120,4
Batatas	105,1	125,5	115,5
Beterraba	140,9	182,9	174,3

FONTE: STOLPER, 1942, p. 214.

Além desses dados, há uma redução na quantidade de porcos (3,2%) e um aumento insuficiente na produção de leite (2,8%) e de manteiga (25%) no período. O bom desempenho das batatas pode ser explicado por seus menores custos dentre esses produtos e por seu grande aumento de consumo pela população. Já a beterraba era tida como substituta direta das oleaginosas, cujas safras continuavam aquém do esperado e as importações, altas.

Overy (1996), considera que, mesmo com todos os problemas e o excessivo controle sobre as relações econômicas, os investimentos do governo baseados nas indústrias pesadas (que por sua vez serviram como base para o desenvolvimento de esquemas industriais de produção de insumos específicos) tiveram um sucesso muito grande. De fato, a economia alemã saiu de uma situação de depressão profunda e montou uma máquina industrial que, mesmo sob o controle do estado, conseguiu produzir em níveis altíssimos e empregar a maior parte dos desempregados alemães, o que contribuiu para o alcance do desemprego zero em 1938.

Alguns economistas citados por Overy (1996), em seu livro *"The Nazi Economic Recovery 1932-1938"*, atribuem o sucesso do programa aos gastos militares, o que não é completamente correto. Já outros, atentam para os desempenhos específicos de determinadas indústrias, como a automobilística. Na verdade, essas investidas dos nazistas não teriam dado certo se feitas isoladamente. Foi o conjunto e a inter relação de investimentos diversos em rearmamento, indústrias pesadas, insumos, construção civil e geração de emprego

que fizeram com que a Alemanha saísse da depressão para se tornar, no final da década, a maior potência industrial da Europa. Os dados da recuperação podem ser visualizados na tabela a seguir:

TABELA 12 – A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA ALEMANHA EM DADOS

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Produto Nacional Bruto (preços de 1928)	89.5	71.9	73.7	83.7	92.3	101.2	114.2	126.2
Renda Nacional (Bilhões de Reichsmarks)	75.4	45.2	46.5	52.8	59.1	65.8	73.8	82.1
Produção Industrial (1928 = 100)	100	58	66	83	96	107	117	122
Desemprego (milhões de Reichsmarks)	1,4	5,6	4,8	2,7	2,2	1,6	0,9	0,4

FONTE: OVERY, 1996, p. 24.

4.2.2 A política econômico-financeira de Schacht

À procura de um nome competente para executar o plano de recuperação econômica nazista, Hitler se reuniu com Schacht em março de 1933 para discutir os meios pelos quais o Reichsbank poderia financiar os pesados gastos públicos necessários para a criação de emprego em larga escala. Schacht foi, então, extremamente claro e objetivo, afirmando que o Reichsbank tinha a obrigação de gastar até o último centavo para tirar o último desempregado das ruas. (SCHACHT, 1999, p. 369)

Com essa declaração Schacht ganhou imediatamente a confiança de Hitler e recuperou sua posição como presidente do Reichsbank. Mais tarde, em agosto de 1934, aceitou a proposta de assumir também o Ministério da Economia.

Mas o homem responsável pela estabilização do marco sabia que a tarefa que teria pela frente seria muito mais difícil, já que a Alemanha não contava com reservas nem capital externo. A emissão de moeda também não poderia ser considerada uma solução, pelo medo latente de uma nova onda de inflação. Tampouco tinha o governo credibilidade suficiente para conseguir crédito no mercado interno.

A idéia, então, deveria se basear, primeiramente, em evitar que a modesta quantidade de capital que ainda existia no país fosse consumida no mercado externo. Para isso, Schacht trabalhou em quatro frentes importantes de estabilização financeira: o comércio internacional, a arrecadação de impostos, a proibição de remessas de capitais ao exterior e o aumento da credibilidade do governo. Já em 1931 ele discursava defendendo essa forma de atuação: "O programa a ser executado pelo governo nacional baseia-se em poucos pontos básicos. (...) firmar-se na própria economia, tirar do próprio solo tudo o que é possível tirar e, de resto, restringir-se, economizar e trabalhar durante uma geração. Pedir emprestado e mendigar torna desprezível, torna incapaz de negociar, torna incapaz de aliar-se." (SCHACHT, 1999, p. 359)

Com a rápida introspecção dos maiores países do mundo para seus mercados internos, a Alemanha, país historicamente exportador, não teve outra solução se não fechar sua economia. Isso gerou duas consequências diretas: a primeira, positiva, foi a de que seria muito mais fácil controlar um comércio exterior limitado e manter o balanço de pagamentos estável ou superavitário, medida essencial para não prejudicar ainda mais a situação dos déficits governamentais. A segunda, prejudicial, foi a redução da maior parte do mercado das principais indústrias alemãs, já que, desde a estabilização monetária de 1924, a demanda interna da Alemanha apresentava crescimentos pífios.

Com poucas perspectivas de exportação, a Alemanha se viu obrigada a impor um rígido controle, não só das importações, mas também das exportações. Isso era indispensável para garantir a fidelidade dos parceiros comerciais do país, que deveriam prover a Alemanha com os recursos necessários para a expansão da indústria pesada e de guerra do Reich.

Assim, tanto importações como exportações, em suas totalidades, necessitavam de licenças governamentais para serem efetuadas. Era comum empresas tentarem vender para determinado país que pagaria mais pelo produto e verem seus pedidos negados em benefício de parceiros comerciais mais ativos e estáveis. A estabilidade era alcançada, normalmente, com saldos de balanços comerciais praticamente nulos entre os países. Nessa época era muito comum a prática do escambo de mercadorias, sem a intervenção de divisas nas transações.

As trocas monetárias de outros países com a Alemanha eram ainda mais raras, já que o Reich organizou um sistema de convênios de compensação de troca.

Esse sistema consistia em que, por exemplo, um vendedor da Suíça para a Alemanha receberia diretamente o dinheiro, em moeda suíça, de um comprador suíço de bens alemães que tivesse efetuado uma transação de valor parecido no período. Isso ajudava na estabilização das balanças dos dois países, mas também dificultava as trocas e reduzia sua frequência e quantidades.

A tabela a seguir mostra a drástica queda nos valores do comércio exterior alemão no período nazista, bem como a estabilidade da balança comercial:

TABELA 13 – COMÉRCIO EXTERIOR ALEMÃO EM MILHÕES DE REICHSMARKS (*A GRANDE ALEMANHA, INCLUINDO A ÁUSTRIA)

	1928	1929	1933	1934	1935	1936	1937	1938*
Importações	13.769	13.245	4.146	4.385	4.088	4.141	4.375	6.052
Exportações	11.851	13.042	4.751	4.060	4.162	4.660	4.788	5.619
Saldo da Balança Comercial	-1918	-203	605	-325	74	519	413	-433

FONTE: STOLPER, 1942, p. 223.

Não foram só os movimentos de mercadorias que caíram vertiginosamente no período. O programa criado por Schacht para evitar as saídas de capitais do país levou os índices de transações externas de capitais praticamente a zero.

De qualquer pessoa, física ou jurídica, que resolvesse se arriscar a tentar retirar dinheiro do país, era cobrada uma taxa exorbitante, correspondente apenas à análise do pedido. Se por acaso esse pedido fosse aceito, o que raramente acontecia, a taxa sobre o capital total retirado era de aproximadamente 50%. Aqueles que tentaram colocar suas divisas na Alemanha também tiveram pouco sucesso, já que o controle rígido da moeda impedia que grandes somas de moedas estrangeiras entrassem no país. E quando entravam eram altamente taxadas.

Além disso, todo e qualquer rendimento de propriedade de empresas ou de pessoas alemãs gerado no estrangeiro era pesadamente taxado, transferido automaticamente para a Alemanha, e mantido em contas bloqueadas, podendo apenas ser utilizado em investimentos nas áreas indicadas pelo governo.

Os movimentos de capitais internos também não escapavam às garras do governo, que criou uma série de impostos sobre as movimentações financeiras como forma de arrecadar mais recursos sobre os investimentos. Para compensar, as taxas de juros eram mantidas altas para impedir que os impostos desencorajassem

os poupadores. A poupança, aliás, contribuiu bastante para o montante total disponível aos os gastos governamentais, já que os poucos bancos que não eram públicos – muitos foram estatizados durante a crise – estavam completamente atados pelas regulações impostas pelos nazistas.

Apesar da promessa de campanha nazista de redução dos impostos, estes, de maneira geral, aumentaram bastante durante o período. Eles eram utilizados como uma forma bem sucedida de canalizar os recursos para as áreas mais importantes dos planos nazistas. O governo cobrava valores altos tanto das empresas como dos consumidores e, em seguida, fazia concessões e devoluções dessas tarifas para as indústrias que desejassem, além de utilizar o montante para investimentos diretos na criação de empregos.

A tabela a seguir mostra a variação do aumento na arrecadação total proveniente de impostos na Alemanha nazista. Vale lembrar que os valores crescentes sofrem o impacto do aumento dos níveis de emprego e de produção. O próprio processo de recuperação realimentava os cofres do governo, pois o aumento no consumo e na produção garantia rendas crescentes às finanças do Reich.

TABELA 14 – VARIAÇÃO NA ARRECADAÇÃO TOTAL DE IMPOSTOS NO REICH (1929-39)

Período	1929-1933	1933-1936	1936-1938	1938-1939
Variação na arrecadação	-23,33%	+45,23%	+44,64%	+21,75%

FONTE: STOLPER, 1942, p. 230

Apesar das grandes somas arrecadadas através dos impostos, elas ainda não eram suficientes para cobrir as necessidades crescentes de gastos com investimentos. Fazia-se necessária a criação de uma forma de auto-financiamento governamental baseada em uma alta credibilidade do governo, com baixa propensão em gerar aumento de preços.

Schacht, novamente, resolve o problema de forma brilhante, criando os “Saques Mefo”. O ministro da economia sabia que o novo governo nazista ainda não tinha credibilidade suficiente para emitir títulos bem aceitos no mercado. Com isso em mente, forjou uma sociedade anônima chamada de *Mettallurgische Forschungsgesellschaft m.b.h.* (Mefo). Essa sociedade, teoricamente formada pelas quatro maiores empresas alemãs (*Siemens*, *Gutehoffnungshütte*, *Krupp* e *Rheinmetall*), com um capital inicial de um milhão de reichsmarks, emitia títulos

garantidos pelo governo e que podiam ser descontados nos bancos, depois de prazos pré-determinados. Os bancos que recebessem esses Saques Mefo poderiam trocá-los por *reichsmarks* com o governo.

A princípio, esses títulos pagariam juros de 4% ao ano. Como o governo alemão começou a pagar suas obrigações com esses saques e eles geravam um rendimento considerável para o período (apesar da taxa de juros um pouco inferior às vigentes na economia alemã, eles não eram taxados como outros investimentos financeiros), as empresas que os recebiam não os descontavam, financiando de maneira segura o governo alemão.

Como o governo descontou pontualmente todos os saques mefo requisitados, ele foi emitindo esses títulos com taxas de juros cada vez menores, por sua confiabilidade, e com prazos cada vez maiores, inclusive sem a possibilidade de redesconto antes do prazo estabelecido.

A mágica desses títulos consistia em que todos os recursos conseguidos através deles eram rapidamente aplicados de forma eficiente na economia, gerando um nível de emprego e de produção que ultrapassava em muito o valor total dos saques emitidos. Assim, a economia suportava uma quantidade maior de moeda em circulação sem gerar efeitos inflacionários. O montante total do valor desses saques chegou a 12 milhões de *reichsmarks* de 1934 a 1938.

4.2.3 O desemprego zero

Os nazistas sabiam que a criação de muitos empregos era condição indispensável para a consolidação do poder e a recuperação econômica. Com os altos níveis de salários reais do final da década de vinte, porém, seria praticamente impossível construir um sistema produtivo baseado em indústrias trabalho-intensivas, como de fato ocorreu.

O termo trabalho-intensivas não teve, na Alemanha nazista, o mesmo sentido que tem hoje de nomear as indústrias que, proporcionalmente, utilizam mais trabalho do que capital na produção. No Reich, todas as indústrias estavam organizadas dessa forma, porque eram muitos os benefícios de se empregar mais.

Para que essa forma de organização industrial fosse possível, o governo teve que exercer grande controle sobre os preços e salários, pressionando o ganho real

dos trabalhadores para baixo, congelando seus salários ou reajustando-os depreciativamente.

Os trabalhadores pouco podiam fazer quanto à diminuição dos seus rendimentos, já que o governo tratou de acabar com qualquer sindicato ou união de trabalhadores, substituindo essas instituições pela chamada Frente do Trabalho. Cada indústria tinha um representante desse órgão para intermediar as relações entre empregadores e empregados e fiscalizar esses últimos, proibidos de se organizarem coletivamente e de promoverem greves.

Os poucos operários que resolviam se opor a esse sistema eram levados pela Gestapo para fins de semana educativos, onde, teoricamente, a pessoa aprenderia mais sobre as políticas nazistas e se conformaria com a situação. O problema é que, na prática, a maioria dos trabalhadores não voltava desses feriados macabros, pois acabavam morrendo em campos de concentração.

Não era apenas o tempo livre do rebelde que era controlado pela Gestapo. Os nazistas levavam para as fábricas, nos horários de descanso dos trabalhadores, concertos, peças de teatro e aulas sobre determinados assuntos, como a história da Alemanha (totalmente deturpada para retratar as idéias nazistas). Organizavam, também, fins de semana comunitários para ocupar o tempo livre dos trabalhadores, que, segundo os nazistas, era de 3.740 horas anuais, as quais deveriam ser totalmente preenchidas com atividades culturais e esportivas. Era a chamada *Kraft Durch Freude* (o prazer de trabalhar).

Foram organizados mais de 130.000 eventos desse tipo de 1933 a 1938, em sua maioria eventos culturais, exposições e apresentações teatrais, que, juntos, somaram um público de mais de 20 milhões de pessoas.

Apesar das dificuldades em contornar a lei do trabalho nazista, alguns trabalhadores conseguiam negociar pequenos aumentos de salário através dos representantes das frentes de trabalho, que muitas vezes tinham um passado de participação ativa junto aos trabalhadores. A maior parte desses aumentos se deu através da diferenciação de salários de acordo com a produtividade do operário. Ou seja, os mais produtivos tinham maior renda às custas dos menos produtivos. Esse fato foi matéria para muitos discursos públicos dos nazistas sobre a força e a competitividade da raça ariana.

Fala-se muito da surpreendente baixa produtividade das indústrias alemãs no período. De fato, a produção por trabalhador cresceu apenas 1,3% ao ano de 1934 a

1938. Mas devemos lembrar que isso se deveu ao “excedente” de trabalhadores nas indústrias. Havia mais trabalhadores nas indústrias do que o necessário para a produção considerando-se uma fraca demanda interna. Assim, mesmo com um aumento na modernidade das máquinas e equipamentos ocasionada pelo investimento governamental em pesquisa e desenvolvimento (principalmente nas indústrias relacionadas ao rearmamento), os níveis de produtividade eram baixos pela entrada maciça de trabalhadores no mercado.

Outra característica importante do período foi o grande número de mulheres que entraram no mercado de trabalho. Elas, porém, recebiam um pouco mais do que a metade do salário masculino e quase nunca eram compensadas nos casos de maior produtividade. Já os jovens foram retirados de seus trabalhos remunerados e levados para frentes de trabalho não-remunerado criadas pelo governo; ou para o alistamento militar, que se tornou compulsório para todos os jovens a partir de 1936. Cerca de 400.000 jovens deixaram de receber renda entre 1934 e 1935. Essa marca chegou a 2 milhões em 1938. (OVERY, 1996, p. 59)

Como mostra a TABELA 12, a Alemanha foi bem sucedida em atingir o pleno emprego, tendo sido, aliás, segundo Hobsbawn (1999), a única grande nação mundial a atingir esse feito. Porém, como vimos, isso não significou um grande “boom” no consumo e na demanda interna, sequer deixou os trabalhadores em condições muito melhores. Na verdade, aqueles que não estavam desempregados durante a depressão viram o seu nível de bem estar cair abruptamente durante o governo nazista.

4.2.4 Rearmamento e preparação para a guerra

Em 1936, quando um novo plano de quatro anos, proposto por Goering começou a ser posto em prática, a recuperação econômica já tinha criado raízes sólidas na economia alemã, principalmente pelo alto controle do governo nazista sobre a economia.

A idéia de Goering era a de alcançar a auto-suficiência nas matérias primas essenciais (petróleo, borracha e aço) e com isso garantir o sucesso da conversão da economia alemã para uma máquina de guerra. Para isso, era necessário um controle ainda maior do governo sobre economia, e esse controle acabou extrapolando os limites da supervisão, para se transformar em uma forma mais

direta de intervenção. A recusa de Schacht em comprometer o grande reerguimento alcançado pela Alemanha culminou com sua demissão e ele foi enviado para um campo de concentração, onde permaneceu durante quase toda a guerra.

Mais dinheiro então foi retirado do consumo em direção à indústria de guerra. Os gastos totais com rearmamento aumentaram em 10 bilhões de marcos entre 1937 e 1938, e em 17 bilhões entre 1938 e 1939, cerca de 17% do PNB alemão. Essa retirada de dinheiro dos setores mais produtivos da economia freou a economia alemã, que começou a crescer de forma muito mais modesta. (OVERY, 1996, p. X)

O financiamento do governo, com o abrupto aumento dos gastos, passou a ser insuficiente, e em 1938 o Reichsbank se viu obrigado a emitir moeda, dando início a um processo inflacionário de guerra, que foi mascarado pelo pesado controle do governo sobre os preços e salários.

Outro problema foi a baixa produtividade das indústrias de rearmamento, devido, principalmente, à fraca organização administrativa que se formou com o crescimento da intervenção do governo nas decisões dos empresários. Os gastos com o estabelecimento das forças militares também foram muito significativos e improdutivos. Para Overy (1996), se grande parte desse dinheiro tivesse sido canalizado para as indústrias de bens de consumo, a economia teria crescido em níveis próximos aos da primeira parte da recuperação, sem criar pressão inflacionária, pois o aumento de produção gerada com os gastos continuaria sendo maior do que estes.

O novo plano dos quatro anos de Göring não chegou nem perto de conquistar a auto-suficiência nos recursos necessários a uma economia que sofreria bloqueios comerciais durante a guerra e ficaria isolada. Com isso, Hitler se viu obrigado a antecipar seus planos de expansão do território do Reich, incorporando a Áustria e invadindo a Polônia.

5.0 CONCLUSÃO

As cláusulas do Tratado de Versalhes retiraram toda e qualquer possibilidade de uma recuperação econômica imediata na Alemanha derrotada pela Primeira Guerra Mundial e foram o estopim para os graves problemas financeiros que o país enfrentou e que culminaram na crise hiperinflacionária. Keynes estava certo em suas previsões quanto à instabilidade que aquele tratado geraria no mundo inteiro.

A fuga de capitais devido à incerteza quanto à capacidade da Alemanha em pagar as reparações exigidas pelos aliados e o caos das finanças públicas do país foram as primeiras causas da crise hiperinflacionária que teve início em 1921. A abrupta elevação de preços no período esteve intrinsecamente ligada à desvalorização do marco perante o ouro e o dólar. Essa desvalorização tornou o preço das matérias-primas - de que a Alemanha tanto precisava - muito mais caras, gerando um processo de reajustes de preços internos através do câmbio.

A solução do problema, portanto, teria necessariamente que se adaptar a essa realidade de uma crise cambial. Assim, empregou-se uma proposta bastante heterodoxa para a época: a utilização de uma moeda indexada para neutralizar o aumento dos preços. A criação do Rentenmark em uma paridade pré-determinada com o dólar e sua vagarosa emissão no mercado garantiu o sucesso do plano de estabilização, que também passava por um programa de cortes de gastos públicos para estabilizar o déficit financeiro do governo. Apesar do arrojo dessas medidas em conjunto, parece bastante claro que a moeda teria sofrido uma desvalorização semelhante à do marco antigo se a credibilidade do governo não estivesse alta. Ou seja, o que permitiu que a nova moeda fosse aceita como um ativo seguro foi a sinalização do Reichsbank, através de seu presidente Hjalmar Schacht, de que iria estabilizar a economia alemã. Vale lembrar que o saneamento monetário daquela economia, em 1924, assemelha-se muito ao Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, implementado no Brasil setenta anos mais tarde.

Após a estabilização, houve um período de relativo progresso na Alemanha, com a massiva entrada de capital estrangeiro no país. Isso, porém, ao mesmo tempo em que ajudou o país a se recuperar mais rapidamente, acabou se tornando a principal causa do grande impacto que a crise de 1929 teve sobre a economia alemã. Em um cenário de grande retração dos movimentos financeiros

internacionais, é certo que os países mais dependentes do capital externo sejam os mais atingidos.

Do ponto de vista da abertura de capitais e da estrutura bancária existente na Alemanha, pode-se afirmar que a crise de 1929 foi muito semelhante à crise mundial atual. A grande liberdade de capitais no período e o frágil e desregulado balanço dos bancos alemães, apoiados em ativos arriscados de curto prazo e praticamente sem cobertura alguma para os depósitos, são os principais exemplos dessa semelhança.

A crise gerou uma abrupta diminuição da produção alemã, a falência generalizada dos bancos privados e um desemprego monstruoso, correspondente a quase 40% da população. Todo esse caos econômico que novamente se instalou no país fragilizou ainda mais o fraco cenário político da República de Weimar, propiciando o rápido crescimento de partidos radicais, como o partido nazista de Hitler, que acabou sendo elevado ao cargo de chanceler.

Não há dúvidas, também, de que as principais metas dos nazistas eram a reconquista de seu espaço vital, perdido na primeira guerra e uma revanche bélica contra os aliados vitoriosos, principalmente a França. No entanto, entre a posse de Hitler e a guerra estavam seis milhões de desempregados e uma economia arrasada pela crise. Assim, o Terceiro Reich concentrou todas as suas forças em acabar com o desemprego e fomentar as indústrias necessárias para garantir o florescimento da máquina de guerra alemã.

A principal característica do programa de recuperação nazista foi a grande intervenção do estado na economia. Não diretamente, mas através de uma complexa rede de agências supervisoras e reguladoras da produção. Além disso, os benefícios concedidos para quem resolvesse investir nas áreas desejadas pelo governo eram muito grandes para deixarem de ser aproveitados pelos grandes industriais.

Ainda não existiam, porém, investimentos privados suficientes para acabar com o desemprego e aumentar a produção da maneira que o governo queria. Dessa forma, iniciou-se um grande programa de investimentos diretos do governo, principalmente nas áreas de construção civil, infra-estrutura de transportes e indústrias pesadas de base. Esses gastos eram financiados pelo bem sucedido plano econômico-financeiro de Schacht, com grandes arrecadações de impostos sobre o capital e o consumo, e através de uma balança comercial estável.

Podemos, aqui, fazer um novo paralelo com a crise financeira atual. As medidas adotadas pela Alemanha para sair da crise, com gastos públicos pesados nas principais indústrias e em programas de geração de empregos, por certo servem de exemplo para a grande intervenção do Estado que vemos hoje nas economias ditas mais capitalistas, como a norte-americana. Estes, por sua vez, também têm o exemplo bem sucedido do *new deal* de Franklin Roosevelt, que se baseou, ainda que por meios diferentes, em financiar com dinheiro público a retomada do crescimento e dos empregos.

Os pesados investimentos públicos, portanto, foram a principal causa da recuperação econômica da Alemanha, que saiu de uma posição desesperadora para aparecer como a principal potência européia em 1936. Nesse ano, porém, os nazistas decidiram que o país deveria fazer os ajustes finais em sua estrutura para se adaptar à economia de uma nação em guerra. Assim, a maior parte dos investimentos foi canalizada para a indústria bélica e gastos militares, freando as taxas de crescimento elevadas que o país vinha alcançando. O novo Plano dos Quatro Anos de Göring - que consistia em adquirir internamente os principais insumos de que a Alemanha precisava – fracassou, e o Reich se viu obrigado a começar precocemente sua invasão à Europa através da *blitzkrieg* (guerra relâmpago), para “saquear” recursos dos países vizinhos. Era o início de uma das maiores carnificinas da história da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **Keynes e as consequências econômicas da paz**. 20 p. Trabalho Acadêmico – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- BRAUN, H. G. **The german economy in the twentieth century: the German Reich and the Federal Republic**. Nova York: Routledge, 1990.
- BRY, G. **Wages in Germany 1871-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1960.
- COUTO, J. M.; HACKL, G. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3/31, p. 311-341, dez. 2007.
- DIMSDALE¹, N. H.; HORSEWOOD², N.; VAN RIEL³, A. Unemployment in **Weimar Germany**. 52 p. Trabalho Acadêmico – Department of economics, University of Birmingham¹, Birmingham – The Queen's College Oxford², Oxford – Netherlands Economic Institute³, Rotherdam, 2004.
- DORNBUSCH, R. Como Deter a Hiperinflação: lições da experiência inflacionária alemã da década de 20. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1 p. 61-86, 1986.
- FEST, J. **The face of the Third Reich**. Londres: Penguin Books, 1995.
- FRANCO, G. **O Milagre do Rentenmark: uma experiência bem sucedida com moeda indexada**. Rio de Janeiro, 2006. Trabalho Acadêmico – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- GALBRAITH, J. K. **A economia e o interesse público**. São Paulo: Pioneira, 1988. p.155-165 e 295-305
- HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KEYNES, J. M. **Inflação e Deflação**. 2. ed. São Paulo: Abril, 1985.
- MYERSON, R. B. **Political economics and the Weimar disaster**. 41 p. Trabalho Acadêmico – Department of Economics, University of Chicago, Chicago. 2004.
- NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. p.77-116

OVERY, R. J. **The nazi economic recovery 1932-1938**. 2. ed. Londres: Cambridge University Press, 1996.

SCHACHT, H. **Más dinero – más capital – más trabajo**. Buenos Aires: Seleccin Contable, 1950.

SCHACHT, H. **Setenta e seis anos de minha vida**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SCHACHT, H. **The end of reparations**. New York: J. Cape & H. Smith, 1931.

SHIRER, W. **The rise and fali of the Third Reich**. Nova Yorque: Simon & Schuster, 1960.

STOLPER, G. **Historia económica de Alemania: de 1870 a 1940**. Pánuco: Fondo de Cultura Econômica, 1942.

STÖGBAUER, C.; KOMLOS, J. **Averting the nazi seizure of power: A contrafactual thought experiment**. 34 p. Trabalho Acadêmico – Department of Economics, University of Munich, Munich.

VINER, J. **Studies in the Theory of International Trade**. 1. ed. New York: Harper and Brothers, 1937.